



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPGE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO/MESP

CIBELE MARIA BOTTO FALCÃO

A INTERIORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE
DOS CUSTOS DA GRADUAÇÃO NO *CAMPUS* IV DA UFPB

JOÃO PESSOA
2017

CIBELE MARIA BOTTO FALCÃO

A INTERIORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE
DOS CUSTOS DA GRADUAÇÃO NO *CAMPUS IV* DA UFPB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção parcial do título de Mestre em Economia do Setor Público.

Orientador: Prof.^a Dra. Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte

JOÃO PESSOA
2017

F178i

Falcão, Cibele Maria Botto.

A interiorização das instituições de ensino superior: uma análise dos custos da graduação no campus IV da UFPB / Cibele Maria Botto Falcão. - João Pessoa, 2017.

103 f. : il.

Orientadora: Dr^a Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira.

Coorientador: Dr. Paulo Aguiar do Monte.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/PPESP

1. Universidade Federal da Paraíba - Administração.
2. Ensino superior - Interiorização. 3. Políticas públicas - Educação. I. Título.

UFPB/BC

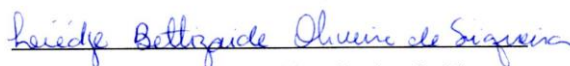
CDU - 658(043)

Cibele Maria Botto Falcão

**A INTERIORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA
ANÁLISE DOS CUSTOS DA GRADUAÇÃO NO CAMPUS IV DA UFPB.**

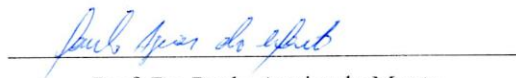
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Economia do
Setor Público da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção
parcial do título de Mestre em Economia do
Setor Público.

Trabalho aprovado. João Pessoa, 13 de setembro de 2017.



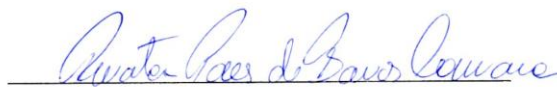
Prof.^a Dra. Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira

Orientadora



Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte

Examinador Interno



Prof.^a Dra. Renata Paes de Barros Câmara

Examinadora Externa

João Pessoa

2017

Dedico aos meus pais (*in memoriam*) e a
minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, Meu Deus, criador dos céus e da terra e a razão da minha PAZ, sem a qual eu não teria persistido na conclusão deste mestrado.

Aos meus pais, Moema e Gastão (*in memoriam*), pelo dom da vida, pela educação, pelos cuidados, ensinamentos e pela convivência. À minha irmã, Cilene, pelos conselhos, incentivo e, principalmente, orações sem as quais eu não teria forças para continuar. Aos meus familiares, em especial à Marco, Cristina, Elias e Lelly pela força e pelas orações. **À Dona Alinete** pelas orações.

À minha orientadora, Prof.^a Liédje, pela paciência, disponibilidade e orientações que me ajudaram na conclusão dessa dissertação.

A todos os professores do MESP, pelos conhecimentos que nos transmitiram, em especial ao meu co-orientador, Prof. Paulo Aguiar e ao prof. Hilton pelas dicas que contribuíram para a minha pesquisa e Prof. Aléssio, pelos dados obtidos do Laboratório de Estudos Microeconômico (LEMA) que nos foram fornecidos e ao Prof. Adriano pelas sugestões de temas; aos servidores do MESP, à servidora Aíla pela educação e disponibilidade em ajudar; aos estagiários do MESP, em especial à Lucas pela paciência.

À turma nº 1 do MESP, pela força e ajuda de todos nas traduções, nas resoluções das questões e trabalhos. Em especial ao nosso grupo de estudos, cujo apoio foi imprescindível para a conclusão do mestrado, composto por: Ticiane (pelo auxílio na dissertação), Wilene, Karenina, Luciana e Marivete.

A UFPB e ao TCE pela oportunidade de participar deste mestrado.

À Superintendência de Tecnologia da Informação (STI): Vianey e Evandro Farias Rocha; **à Pró-Reitoria de Administração (PRA)**: Ana Lúcia, Hallilson e Severino Nóbrega; **à Prefeitura Universitária (PU)**: Wilma, Matheus, Daniele (estagiária), Auri, Ariane e Rafael (estagiário); **à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC)**: Marçonília e Arthur (estagiário); **à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)**: Danilo e Fernando; **à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)**, Cristina, Rogério e Erick; **à Pró-Reitoria de Graduação (PRG)**: Prof.^a Marilene; ao **Laboratório de Estudos Microeconômicos (LEMA)** e ao Prof. Francivaldo Nascimento (**CCHSA**).

Aos servidores da Pró-Reitoria de Administração (PRA), e em especial ao pessoal da Divisão de Material, onde exerço minhas atividades na UFPB, pela alegria da convivência, da força e do incentivo; em especial ao nosso superior, Demóstenes pela paciência neste período.

Aos membros da banca, os professores: Prof.^a Dra. Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira (orientadora), Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte (co-orientador) e à Prof.^a Renata Paes de Barros Câmara pelas sugestões que deram na correção da minha dissertação.

Aos meus amigos, de perto e de longe, que torceram por mim

“Muitos são os planos no coração do homem,
mas o que prevalece é o propósito do Senhor.”
(Provérbios, 19:21)

RESUMO

A informação do custo por aluno fornece, às instituições de ensino, uma ferramenta importante para a elaboração dos orçamentos e à população uma forma de avaliar a eficiência dos gastos públicos. A educação superior de qualidade tem papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país e contribui para a redução das desigualdades sociais e regionais. Por isso, o Governo Federal iniciou, em 2003, a expansão das instituições federais de ensino superior em atendimento ao Plano Nacional de Educação (PNE). Com o objetivo de avaliar os custos desta política de interiorização para o estado da Paraíba, realizou-se um levantamento dos custos por aluno presentes nos cursos de graduação do *campus* IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período de 2009 a 2015. A base dos dados utilizada foi o orçamento executado (despesas correntes e de capital) da instituição, com recursos oriundos do Tesouro e recursos próprios. O tratamento dos custos se deu por meio do sistema que absorve os custos fixos e variáveis, sejam eles diretos ou indiretos (custo por absorção) dos Centros de Custos e o regime de competência. Observou-se que a maior parte dos custos é com pessoal técnico e docente, sendo que, em 2009, eles representavam 57,34% dos gastos diretos realizados no *campus* IV, e passaram a representar, no ano de 2015, quase a totalidade destas despesas, cerca de 94,52%. Neste contexto, o departamento de Ciências Sociais (Antropologia e Culturas Indígenas) destacou-se como aquele com maior custo por aluno dentro do *campus* IV, contabilizando a importância de R\$ 31.204,64, como gasto anual por aluno matriculado no curso. Constatou-se, ainda, que o departamento de Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue) apresentou o menor custo anual por aluno do *campus* IV em 2015, no valor de R\$ 11.102,14. Além disto, chama atenção que as altas taxas de evasão presentes nos cursos elevam sobremaneira o custo anual por aluno diplomado (no caso de Antropologia um aumento de R\$ 190.685,62). O custo anual por diploma no departamento de Ciências Sociais Aplicadas chega a R\$ 25.818,94 (Ciências Contábeis) e a R\$ 33.642,86, quanto ao curso de Secretariado Executivo Bilíngue; quanto ao departamento de Ciências Sociais o custo anual por aluno diplomado chega a R\$ 222.890,26 (Antropologia e Culturas Indígenas).

Palavras-chave: Interiorização. Custo por aluno. Ensino superior. UFPB.

ABSTRACT

Cost-per-student information provides educational institutions with an important tool for budgeting and for the population to assess the efficiency of public spending. Higher quality education plays a strategic role for the country's economic and social development and contributes to the reduction of social and regional inequalities. Therefore, in 2003, the Federal Government began to expand federal higher education institutions in compliance with the National Education Plan (PNE). In order to evaluate the costs of this internalization policy for the state of Paraíba, a cost survey was carried out per student attending undergraduate courses at Campus IV of the Federal University of Paraíba (UFPB) in the period from 2009 to 2015. The base of the data used was the budget executed (current and capital expenses) of the institution, with resources from the Treasury and own resources. The treatment of costs occurred through the system that absorbs the fixed and variable costs, whether direct or indirect (cost by absorption) of the Costs Centers and the regime of competence. It was observed that most of the costs are with technical and teaching staff, and in 2009 they accounted for 57.34% of the direct expenses incurred on *campus* IV, and in the year 2015 they represented almost all of these costs expenditure, about 94.52%. In this context, the Department of Social Sciences (Anthropology and Indigenous Cultures) stood out as the one with the highest cost per student inside the *campus* IV, accounting for the importance of R \$ 31,204.64, as an annual expense per student enrolled in the course. It was also verified that the Department of Applied Social Sciences (Accounting Sciences and Executive Bilingual Secretariat) presented the lowest annual cost per student of *campus* IV in 2015, in the amount of R \$ 11,102.14. In addition, it should be noted that the high dropout rates present in the courses greatly increase the annual cost per graduate student (in the case of Anthropology an increase of R \$ 190,685.62). The annual cost per diploma in the Department of Applied Social Sciences reaches R \$ 25,818.94 (Accounting Sciences) and R \$ 33,642.86 for the Bilingual Executive Secretariat course; As for the Department of Social Sciences, the annual cost per graduated student reaches R \$ 222,890.26 (Anthropology and Indigenous Cultures).

Keywords: Internalization. Cost per student. Higher education. UFPB.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Alunos matriculados na graduação, no período de 2009 – 2015, por departamento e curso no <i>campus IV</i>	51
Tabela 02 – Perfil do aluno ingressante no CCAE – <i>campus IV</i> da UFPB – por sexo, cor e raça no período de 2006 a 2015	52
Tabela 03 – Tipos de vínculos dos ingressantes do CCAE – <i>campus IV</i> da UFPB com a instituição no período de 2006 a 2015	53
Tabela 04 – Local de residência dos alunos ingressantes, entre 2006 e 2016	54
Tabela 05 – Quantidade de servidores técnico-administrativos por departamento do <i>campus IV</i> de 2009 a 2015	55
Tabela 06 – Quantidade de servidores docentes por departamento do <i>campus IV</i> de 2009 a 2015	56
Tabela 07 – Despesas com pessoal e demais despesas do <i>campus IV</i> – Valores constantes a preço de 2015	57
Tabela 08 – Evolução da relação aluno/professor do <i>campus IV</i>	58
Tabela 09 – Custos diretos e indiretos ao ano do <i>campus IV</i> - Valores constantes a preço de 2015	58
Tabela 10 – Custo anual por aluno nos departamentos do <i>campus IV</i> de 2009 a 2015 – Valores constantes a preço de 2015	59
Tabela 11 – Custo médio da formação do aluno de graduação em 2015 – Valores constantes a preço de 2015	60
Tabela 12 – Taxas de retenção, conclusão, evasão e número de alunos por cursos no CCAE para os alunos com entrada no ano de 2006 até 2010	62
Tabela 13 – Custo por aluno, taxa de Conclusão, e o custo por diploma para os cursos do departamento do CCAE (<i>campus IV</i>) para o ano de 2015 – Valores constantes a preço de 2015	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Tipo das informações utilizadas no estudo	34
Quadro 02 - Origem dos dados utilizados no cálculo do custo do ensino da graduação.....	36
Quadro 03 – Fluxograma das etapas da apuração dos custos.....	39
Quadro 04 - Cursos por departamento no CCAE (campus IV) da UFPB de 2009 a 2015.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma da UFPB	27
---------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
BC – Biblioteca Central
CCAE – Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Educação
CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCTA- Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DHG – Departamento de Hotelaria e Gastronomia
EDU – Editora Universitária
FAFIL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras FIES – Fundação de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FLUEX – Fluxo Continuado de Extensão
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEP – Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEMA – Laboratório de Estudos em Microeconomia
MEC – Ministério da Educação
OB – Ordem Bancária
PIB – Produto Interno Bruto
PNAES – Plano de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PRA – Pró-Reitoria de Administração
PRAC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PU – Prefeitura Universitária

REUNI – Programa de Apoio à Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAC – Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior

SESU – Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema de Seleção Unificada

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

TA – Técnico-Administrativos

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UGR – Unidade Gestora Responsável

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Objetivo Geral	19
1.2	Objetivos Específicos.....	20
1.3	Problemática da Pesquisa.....	20
2	REVISÃO DA LITERATURA	21
3	UMA BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	24
3.1	Estrutura da UFPB	26
4	METODOLOGIA.....	33
4.1	Natureza da pesquisa.....	34
4.2	Origem dos dados utilizados no cálculo do custo do ensino da graduação.....	36
4.3	Apuração dos custos	38
4.4	Órgãos Administrativos	40
4.5	Órgãos Acadêmicos	47
4.6	Limitações	49
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	50
5.1	A estrutura do CCAE e o perfil do alunado	50
5.2	Uma análise do quadro de pessoal do CCAE: técnico-administrativos e docentes.....	54
5.3	Composição dos custos diretos e indiretos e custo anual por aluno no CCAE.	58
6	CONCLUSÕES.....	64
7	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICE A – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS.....	70
	APÊNDICE B – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	71
	APÊNDICE C – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	72
	APÊNDICE D – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESIGN	73
	APÊNDICE E – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	74

APÊNDICE F – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	75
APÊNDICE G – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HOTELARIA	76
APÊNDICE H – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS	77
APÊNDICE I – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2009	78
APÊNDICE J – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2010	79
APÊNDICE L – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2011	80
APÊNDICE M – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2012	81
APÊNDICE N – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2013	82
APÊNDICE O – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2014	83
APÊNDICE P – GASTOS COM DOCENTES POR DEPARTAMENTO	84
APÊNDICE Q – GASTOS COM TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS POR DEPARTAMENTO	85
APÊNDICE R – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2009	86
APÊNDICE S – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2010	87
APÊNDICE T – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2011	88
APÊNDICE U – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2012	89
APÊNDICE V – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2013	90
APÊNDICE X – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2014	91
APÊNDICE Z – APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2015	92
ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 5/2006 (CONSUNI) AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IV DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (LITORAL NORTE).....	93
ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 6/2006 CRIA O CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCA) NO CAMPUS LITORAL NORTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	95
ANEXO C – ATA DO CONSUNI SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO LITORAL NORTE	97

1 INTRODUÇÃO

O Governo Federal, através da ampliação e interiorização das universidades no Brasil, buscou garantir o acesso ao ensino superior a uma parcela maior da população. Acredita-se que esta medida seja um vetor importante na redução das desigualdades sociais e regionais, e no estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico dos lugares.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a expansão das instituições federais de ensino superior teve início, em 2003, em atendimento ao Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Nº 10.172/2001, com a interiorização dos *campi* das universidades, Brasil (2014a). Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 289 em 2015, ou seja, mais que dobrou (BRASIL, 2015).

Conforme a Secretaria de Educação Superior (SESU), desde o início da expansão, foram criadas 18 novas universidades e 173 novos *campi* que possibilitaram a duplicação do número de matrículas dos institutos públicos federais de ensino, fato sem precedente no ensino superior (BRASIL, 2015).

De acordo com Nascimento (2013), houve no Brasil, nas últimas décadas, a elaboração e implantação de diversas políticas voltadas para a educação, tanto pública quanto privada, como os seguintes: Programa Expandir (2005); Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); Sistema de Seleção Unificada (SINAES); Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Dentre esses programas, para o estudo em tela, destaca-se o programa Expandir, pois, durante o mesmo, através da Resolução 05/2006 do Conselho Universitário (CONSUNI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme Anexo A, foi autorizada a criação do *campus* IV, nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto. Tal *campus*, que possui apenas um centro: o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), será objeto de estudo da presente pesquisa que tem, como principal interesse, averiguar o custo de formação do aluno graduado no *campus* IV.

Segundo dados constantes no Anexo da Resolução 05/2006 do CONSUNI, UFPB (2005), o novo *campus* teria como objetivo capacitar a população das regiões mais pobres da Paraíba.

Os principais objetivos que se pretendem alcançar com a criação e implantação do Campus Litoral Norte da UFPB dizem respeito à si própria, à Paraíba e, basicamente, aos municípios que compõem a sua área de atuação. Em seus aspectos

essenciais trata-se de objetivos voltados à capacitação da população das regiões mais pobres do Estado, com vista à superação do subdesenvolvimento. (...) O PIB da Paraíba, em 2003, importou em R\$ 13.710.913 Mil, com a seguinte composição regional: Sertão Paraibano, R\$ 2.013.916 Mil (14,7%); Borborema, R\$ 609.434 Mil (4,4%); Agreste Paraibano, R\$ 3.657.404 Mil (29,7%) e Mata Paraibana, R\$ 7.430.160 Mil (54,2%). As suas correspondentes rendas per capita eram de, respectivamente, R\$ 2.440,00; R\$ 2.172,00; R\$ 3.133,00 e R\$ 5.862,00. A renda per capita do Estado como um todo era de R\$ 3.872,00. UFPB (2006, p.5),

Segundo, ainda, o citado Anexo, o estado da Paraíba necessitava ter uma boa base de formação de recursos humanos de qualidade e de geração de conhecimentos científico-tecnológicos. Além de fornecer pessoal qualificado, as universidades também favorecem os níveis básicos do ensino.

No período da elaboração do projeto de criação do *campus* IV, em 2005, havia apenas uma Instituição de Ensino Superior (IES) sediada em Santa Rita, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL), BUSCA (2014), porém, esta é uma Instituição de Ensino Superior privada. Portanto, a presença de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) permitiria o acesso à universidade da população carente.

Este *campus* teve sua implantação iniciada em 2006 e foi criado com o objetivo de atender aos municípios da microrregião Litoral Norte, Sapé e outros circunvizinhos, totalizando 22, apesar de possuírem, indicadores sociais abaixo da média do estado, tais como: expectativa de vida de 58,7 anos; mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças de até um ano nascidas vivas e taxa de analfabetismo de 46,0% da população de 15 anos ou mais, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,56, inferior ao do estado que era de 0,66¹.

Porém, existia nessas microrregiões, um grande potencial do setor produtivo a aproveitar, de acordo com a vocação econômica local, tais como: o turismo; produção sucroalcooleira e fruticultura.

A região Litoral Norte possui potencial para ser uma área de turismo ecológico e histórico, em virtude de seus atrativos.

No ecoturismo destacam-se: Projeto Peixe-Boi Marinho; a mais antiga Reserva Indígena do Brasil; Parque Ecológico do Caranguejo-Uçá (com objetivo de proteger áreas remanescentes de manguezais e do caranguejo-uçá), a Reserva Biológica Guaribas que objetiva proteger um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado da Paraíba e abriga espécies ameaçadas de extinção.

¹Conforme dados presentes no Anexo da Resolução 05/2006 do Conselho Universitário UFPB (2006).

Segundo o projeto de turismo sustentável “Nas Trilhas dos Potiguaras” do Governo do Estado da Paraíba, que tem como um de seus objetivos o fortalecimento do turismo sustentável na área dos índios Potiguaras, a criação da infraestrutura viária através da construção da estrada de Forte Velho e a estrada de Barra de Camaratuba, facilitará o acesso a essa área do Litoral Norte, PARAÍBA (2015a).

Segundo este projeto, diversas atividades podem ser desfrutadas pelos turistas nesta região, PARAÍBA (2015b):

- a) Mergulho na barreira de corais;
- b) Observação de tartarugas;
- c) Observação do peixe-boi-marinho;
- d) Trilha da praia do Oiteiro;
- e) Trilha do Rio Miriri;
- f) Passeio de canoa pelo manguezal;

Já no turismo histórico podemos destacar que foi na região que nasceu o romancista José Lins do Rego Cavalcanti em Pilar, em 1901. Também, é o local de nascimento do poeta Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1884), em Sapé.

Outro setor que possui potencial para crescimento é o da fruticultura. Segundo o Secretário Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, Montenegro (2017), em entrevista ao Programa 27 Segundos, da RCTV, o estado da Paraíba é o segundo maior produtor de mamão-papaia do Nordeste, existindo um grande potencial para a produção de frutas. Nas microrregiões que compõem a área do *campus* IV, observa-se que existe um grande crescimento da fruticultura, em especial da cultura do mamão, abacaxi e cana-de-açúcar; além da agroindústria sucroalcooleira paraibana que já possui tecnologia israelense de gotejamento. O relevo da região mostra-se compatível com a produção canavieira, além de possuir estabilidade do índice pluviométrico.

O novo *campus* da UFPB, na condição de base supridora de educação superior, tem um papel fundamental na superação dessa realidade socioeconômica. Conforme Polari (2012), o estado da Paraíba só atingirá seu desenvolvimento econômico através da oferta de uma educação de boa qualidade, em todos os níveis, ao lado da criação, difusão e utilização de inovações tecnológicas e científicas.

De acordo com informações presentes no relatório de criação do *campus* IV elaborado pela comissão responsável pela proposta de criação do *campus* IV na UFPB¹, havia uma demanda por curso superior nas microrregiões do Litoral Norte. Registra-se, assim, neste documento, que o número de alunos matriculados no ensino médio nas microrregiões Litoral Norte e Sapé, de 1996 a 2004, cresceu na proporção de 257%, elevando-se de 2.623 para 9.374, ou seja, existia uma demanda local por educação superior que é composta dos alunos concluintes do ensino médio. De 1998 a 2004, houve um crescimento de 77% (10% ao ano) do total de alunos concluintes do ensino médio nessa região.

Além dos objetivos voltados à capacitação da população das regiões mais pobres do estado, com vista à superação do subdesenvolvimento, a abertura do *campus* IV busca promover a interiorização da educação superior pública federal, no estado da Paraíba, como fonte propulsora de desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social.

Segundo Florax (1992 apud BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2015), existem dois efeitos esperados quando há um processo de interiorização de uma instituição federal de ensino: efeito-gasto, que são aqueles gerados no curto prazo como, por exemplo, o aumento na demanda por bens e serviços, e o efeito-conhecimento que são aqueles gerados no longo prazo, relacionados à transferência de conhecimento e que levam ao aumento da produtividade e consequente crescimento econômico.

Entretanto, deve-se levar em consideração que a implantação de um *campus* no interior é um processo custoso para a sociedade.

De acordo com estudo feito pelo MEC, em 2000, o valor investido em um aluno de curso superior foi onze vezes maior que o valor aplicado no aluno da educação básica. Mas este valor vem reduzindo. Em 2008, por exemplo, o aluno do ensino superior custou cinco vezes mais que o aluno da educação básica. O governo espera reduzir esta proporção para quatro, para atender à recomendação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os custos do aluno de curso de universidades públicas são superiores aos da educação básica, pois, além do ensino, contemplam pesquisa e extensão (BRASIL.INEP, 2014).

Uma vez que os recursos públicos estão cada vez mais escassos, diante da expansão das universidades públicas, convém que seja dada devida importância para a gestão das despesas do setor público. Através do conhecimento dos gastos será possível avaliar se o serviço prestado está sendo eficaz e eficiente. A eficiência só pode ser medida com conhecimento dos custos necessários para a produção de um serviço.²⁴

De acordo com Magalhães et al (2010), o conhecimento dos reais custos de uma instituição é de grande importância, uma vez que servem de subsídios para a elaboração de orçamentos, na tomada de decisão, previsão de gastos e na avaliação da eficiência dos gastos públicos.

Tendo em vista a preocupação com o efeito-conhecimento refletido sobre a formação do capital humano que a presença de um *campus* pode gerar dentro de uma região e ainda observando os gastos necessários para esta formação, este estudo pretende mensurar os custos por aluno para os cursos de graduação do *campus* IV da UFPB durante os anos de 2009 a 2015.

A apuração dos gastos efetivados com o processo de formação do aluno em uma instituição superior se apresenta como uma tarefa complexa, visto que, nestas unidades de ensino, os serviços oferecidos são indissociáveis: ensino; pesquisa e extensão (CAMACHO, 1993). Neste trabalho, os custos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão foram considerados com o mesmo peso.

Deve-se ressaltar ainda que, na Administração Pública, as receitas e despesas podem ser: de custeio e capital. As despesas são de custeio quando referem-se aos gastos com manutenção e funcionamento das instituições; já as de capital são os gastos que visam adquirir ou construir bens de capital. Com a finalidade de atender às necessidades da sociedade, efetuam-se despesas com as receitas disponibilizadas. As receitas são registradas assim que são recebidas, ou seja, usa-se o Regime de Caixa; já as despesas são registradas pelo Regime de Competência, no momento que são empenhadas, independentemente de terem sido pagas.

A apropriação dos custos por aluno da graduação do *campus* IV será feita através da divisão da estrutura da universidade em Centros de Custos: os órgãos ligados diretamente ao ensino (acadêmicos) e os órgãos indiretamente relacionados ao ensino (administrativos).

1.1 Objetivo Geral

Este estudo tem por objetivo fazer uma análise dos custos dos cursos criados a partir das políticas de expansão e interiorização da Universidade Federal da Paraíba, no caso específico, com a criação do *campus* IV, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape no período de 2009 a 2015.

1.2 Objetivos Específicos

- Apurar os custos por aluno de graduação nos cursos do *campus* IV da UFPB no período de 2009 a 2015;
- Apurar os custos por aluno diplomado, utilizando-se dos indicadores de desempenho dos cursos presentes no *campus* IV, tais como: taxas de conclusão, evasão e retenção.

1.3 Problemática da Pesquisa

Quais os custos advindos com as políticas de expansão na Paraíba, qual o custos por aluno da graduação, e por aluno da graduação diplomado do *campus* IV ?

O trabalho está disposto em seis capítulos após esta a introdução. O capítulo dois descreve a revisão da literatura. O capítulo três faz uma descrição do projeto de expansão. No capítulo quatro, segue a metodologia. No capítulo cinco é feita a análise dos dados e, no capítulo seis, as conclusões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Ainda não existem trabalhos nacionais que avaliam as políticas de expansão e interiorização das Universidades pelo prisma dos custos gerados com a formação dos novos alunos atendidos. Talvez isto se deva ao fato de a política de interiorização ser recente e de serem grandes as dificuldades para se apurar todos os custos diretos e indiretos necessários à manutenção de um aluno na graduação.

Segundo Camacho (1993) – um dos primeiros a pesquisar o tema dos custos por aluno no Brasil e que analisou o custo do aluno universitário na Universidade Estadual de Campinas – o fato de não haver estudos nacionais sistemáticos sobre o tema leva ao erro de se calcular este custo através da divisão dos recursos orçamentários da instituição de ensino pelo número de alunos. Entretanto, as IFES são mais complexas, pois financiam, também, atividades de pesquisa e extensão,

Nada mais justo, também, é conhecer mais a fundo o custo da formação de um aluno na Universidade, já que este é o seu produto final. Especialmente considerando-se que nenhum estudo técnico tem demonstrado, até o momento, o quanto ele representa no seu orçamento. (CAMACHO, 1993, p.13).

De acordo com Marinho (1998 apud MAGALHÃES et al, 2007a) em virtude de existirem múltiplas atividades nas IFES, há muita dificuldade na apuração dos custos por aluno. O sistema de custos deverá ser baseado nos processos que produzirão, além do ensino, a pesquisa e a extensão.

Rosa (2004), que propôs um modelo de gestão de custos para as IFES brasileiras tendo como base a gestão por atividades, visando aperfeiçoar os processos operacionais e suas atividades e quantificar os custos de cada atividade, enfatiza a complexidade das universidades,

A universidade pública brasileira é uma organização complexa, com características próprias e muito diferentes das organizações empresariais, que têm como objetivo a geração de bens e serviços com fins lucrativos. A universidade pública, enquanto instituição social, tem um propósito fundamental: a socialização e a criação do conhecimento como um todo. Desta forma, o conhecimento, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, é o objeto da universidade, que exige uma estrutura organizacional de acordo com a sua natureza (ROSA, 2004, p.62).

O processo, conjunto de atividades que, combinadas, criam valor para o usuário final, é a base da estrutura de uma organização, é o que a torna viável. Para o cálculo do custo por aluno, é necessário que os processos essenciais para a sua formação sejam identificados.

Uma vez que as universidades são extremamente complexas em razão de fornecer não só ensino, como também pesquisa e extensão, na apuração dos custos por aluno é necessário que sejam identificados quais variáveis compõem estes custos, pois, além dos custos diretos, existem os indiretos.

Considerando que o custo por aluno é um indicador para avaliar a eficiência das IFES, O Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolveram metodologias oficiais para a apuração de custos para as universidades.

A partir de 2002, as IFES tiveram que incluir, em seu Relatório de Gestão, diversos indicadores de desempenho criados e orientados pela Decisão Plenária nº 408/2002 do TCU, BRASIL (2004), com o objetivo de criar uma série histórica para avaliar o desempenho das IFES. Dentre esses indicadores que foram incluídos está o custo do aluno corrente, que é calculado através da divisão das despesas correntes pela soma dos alunos (equivalente da graduação, tempo integral da pós-graduação e tempo integral da residência).

De acordo com Morgan (2004), com relação às despesas correntes, na metodologia do TCU, deverão ser excluídas as seguintes despesas: 65% das despesas do Hospital Universitário; Aposentadorias; Reformas e pensões; Sentenças judiciais; Despesas com pessoal cedido (docente e técnico) e despesas com afastamento (docente e técnico).

Ainda de acordo com o citado autor, em 1994, o MEC – que à época era Ministério da Educação e Desporto –, disponibilizou um manual chamado de Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior (SAC), que servia de guia para que as IFES fizessem a apuração dos custos de forma padronizada.

Esse modelo de apuração dos custos do MEC possui seis fases, UnB (1973): Padronização institucional das universidades; Especificação da matriz-peso (peso médio por aluno crédito-hora, por curso e por disciplina); Cálculo do professor equivalente e remuneração; Cálculo de outros custos das disciplinas; Cálculo de outros custos: despesas indiretas atribuídas ao ensino (com administração central e biblioteca) e despesas não apropriadas ao ensino (pesquisa, extensão, assistência ao estudante e hospital); Elaboração dos relatórios.

Segundo Barbosa et al (2011), em 1973, o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade de Brasília (UnB) disponibilizaram um estudo sobre custos e alocação de recursos. Já em 1974, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) fez estudos e desenvolveu um modelo de apropriação de custos.

Na metodologia do MEC, após identificar e classificar os centros de custos foi feita a apropriação dos custos de acordo com suas características (pessoal, custeio e capital),

incluindo todas as fontes de recursos; os valores são transferidos; é feito o rateio dos custos diretos para os demais centros; os custos indiretos também são divididos e transferidos dos órgãos administrativos para os órgãos acadêmicos.

Para Silva et al (2013), os dois métodos oficiais de custeio para as IFES são um progresso com relação ao conhecimento dos custos no setor público.

Segundo Carpintéro (1995), a apuração dos custos de um produto ou serviço pode ser utilizada como auxílio ao controle ou para ajudar na tomada de decisões, pois serve para estabelecer padrões e comparar o realizado com o que foi planejado.

Porém, no cálculo do custo por aluno da graduação diplomado faz-se necessário o conhecimento dos conceitos de aluno evadido, diplomado e retido. Segundo a Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão nas IES Públicas, BRASIL (1997), aluno evadido é o aluno que abandonou o curso sem concluí-lo; o aluno diplomado é o que concluiu o curso dentro do prazo máximo, e o retido, apesar do prazo máximo já ter sido esgotado continua matriculado sem concluir o curso.

As universidades são muito importantes no desenvolvimento social e econômico de um país, porém, os recursos disponibilizados para estas instituições tem sido reduzidos. Em razão desta diminuição de investimentos públicos na área de educação, é imprescindível que sejam avaliados quais os custos necessários para graduar cada aluno destas instituições, com vistas a se mensurar a eficiência da aplicação dos investimentos.

3 UMA BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A expansão da rede federal de educação superior teve início em 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Segundo o MEC, (BRASIL, 2014),

A expansão foi alicerçada nos princípios da democratização e inclusão, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no país. O processo englobou três frentes de ação – a interiorização, iniciada em 2003, e posteriormente a integração e a regionalização da educação superior. (BRASIL, 2014)

Para entender a importância do ensino superior, de acordo com dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES (2010), quase a terça parte dos professores da educação básica das redes pública e particular do Brasil não tinham formação superior, ou seja, 32,19% ensinam sem ter um diploma universitário. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2009), no Nordeste, metade dos professores da educação básica não têm ensino superior.

Segundo dados do MEC (BRASIL, 2014), as regiões mais carentes de ensino do Brasil foram as que tiveram um maior aumento no número de matrículas:

Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal. (BRASIL, 2014)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – criado pelo Decreto nº 6.096/2007 – teve, como principal objetivo, a ampliação do acesso e a permanência na educação superior.

Para Arruda (2010, apud NASCIMENTO, 2013), os programas de expansão do ensino superior – Expandir de 2004 – que criaram novos *campi* e universidades e o REUNI, em

2007, com o aumento do número de vagas, foram as políticas públicas de educação que mais democratizaram o ensino público superior através da criação de formas de acesso à universidade pública, de grupos tradicionalmente excluídos.

De acordo com o MEC, a expansão do ensino superior foi feita em três fases, (BRASIL, 2014):

- a. Fase I (2003 a 2007), que teve por objetivo interiorizar o ensino público federal para reduzir as desigualdades regionais em virtude da concentração das universidades federais em áreas de maior poder aquisitivo;
- b. Fase II (2008 a 2012), execução do REUNI, o qual tinha como foco a reestruturação e expansão dessas instituições e;
- c. Fase III (2012 a 2014), continuação das propostas citadas além de iniciativas visando ao desenvolvimento regional.

Conforme Nascimento (2013),

Os dois programas de maior magnitude do governo Lula para ampliar o acesso à universidade pública foram o Expandir e o REUNI. Enquanto aquele teve o propósito de criar novas universidades e *campi* no interior do Brasil, este tem o objetivo de aumentar as vagas nas universidades federais por meio da criação de novos cursos, acrescentando recursos financeiros e humanos para permitir um maior acesso de jovens ao ensino superior público. (NASCIMENTO, 2013, p.60).

Ainda segundo o referido autor, o programa Expandir foi posto em prática da seguinte forma:

- 1) Lançamento do programa pelo governo federal;
- 2) Envio de convite às universidades federais para que as mesmas apresentassem projetos de expansão;
- 3) Após a aprovação desses projetos, as universidades já deveriam contratar docentes, técnicos, elaborar concurso de vestibulares e encontrar local para a instalação do campus;
- 4) As prefeituras cederiam a área para instalação do *campus*.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2014), as propostas com vistas à instalação de cursos, *campus* e universidades deveriam, por base, estudos preliminares acerca da situação socioeconômica das regiões que seriam atendidas. Para que fosse instalado um novo *campus* ou universidade, o governo estabeleceu, como critérios:

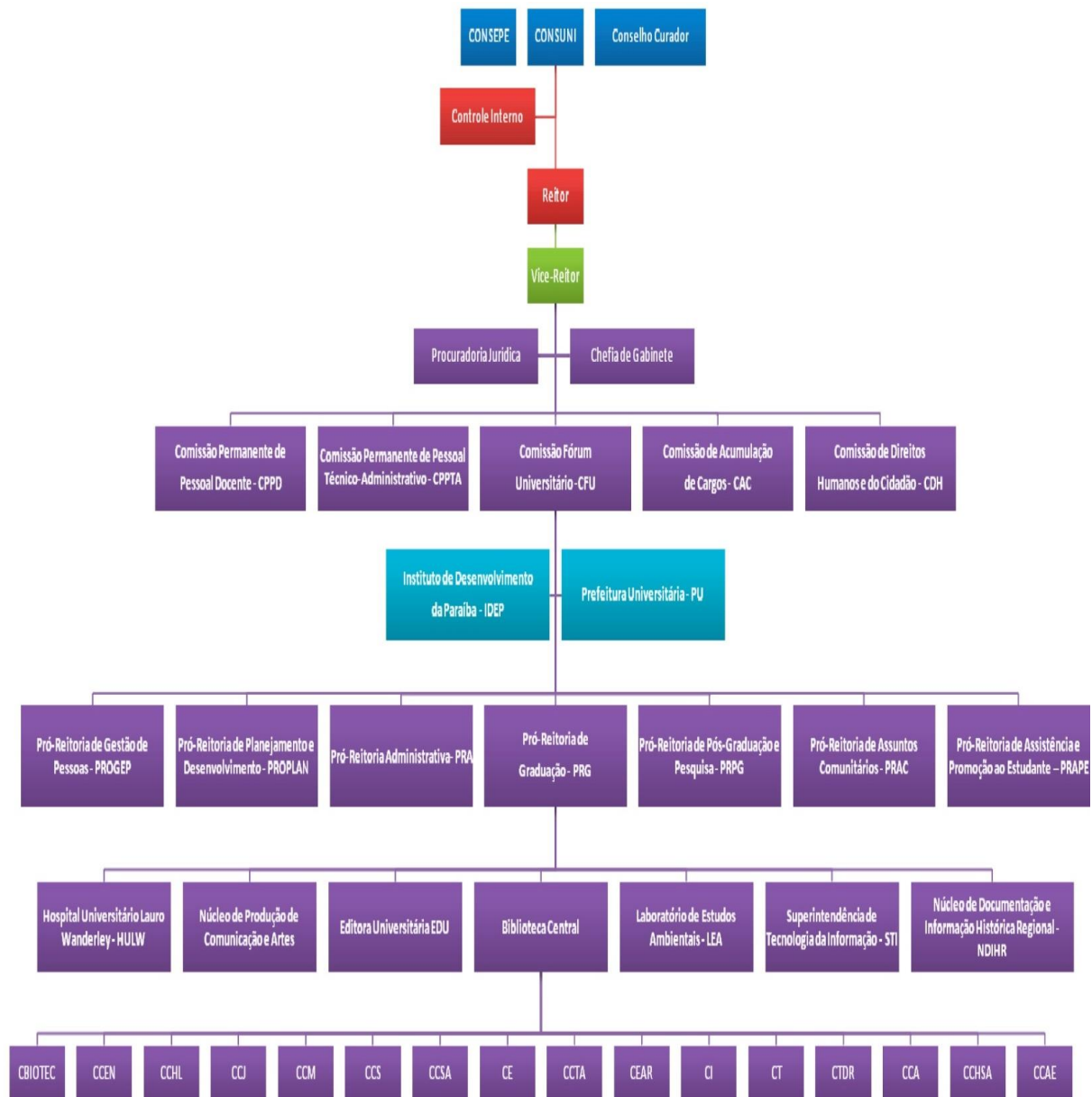
- a) Vocação econômica da região;
- b) Quais políticas públicas estavam em desenvolvimento;
- c) Promover o desenvolvimento que reduzisse as diferenças regionais;
- d) Localização geográfica; A população que essas microrregiões atendem;
- e) Os polos Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- f) Indicadores de desenvolvimento econômico e social: IDH, Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), a taxa de oferta de vagas de universidades públicas e privadas;
- g) Áreas de formação com prioridade (professores, saúde e técnicas);
- h) Cursos nas áreas de conhecimento que já existem na universidade;
- i) Cursos novos nas áreas de conhecimento prioritárias e;
- j) O que existe de oferta de ensino superior noturno.

Por meio uma parceria do Governo Federal com a Universidade Federal da Paraíba e com a Universidade Federal de Campina Grande foi possível ampliar o número de municípios paraibanos atendidos com a presença destas instituições.

3.1 Estrutura Organizacional da UFPB

A estrutura acadêmico-administrativa da UFPB é formada pelos órgãos administrativos e pelos órgãos acadêmicos, conforme organograma da Figura 01.

Figura 01 - Organograma da UFPB



Fonte: Relatório de Gestão (2015)

A Universidade Federal da Paraíba/UFPB foi criada pela Lei Federal 1.366 de 2 de dezembro de 1955, através da junção de escolas superiores e recebeu, a princípio, o nome de Universidade da Paraíba. Logo após, transformou-se em Universidade Federal da Paraíba através da Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960, que a federalizou e, desta forma, incorporou os *campi* de João Pessoa e Campina Grande.

Durante a década de 1960, a UFPB incorpora a Escola de Agronomia do Nordeste (em Areia) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (em Bananeiras), sendo seu primeiro processo de expansão (BRASIL, 2014).

Na década de 1980, foram incorporados mais três *campi* em três cidades paraibanas: Patos, Souza e Cajazeiras. Foram aproveitados o pessoal docente e técnico e as instalações físicas da Faculdade de Direito (em Souza), a Escola de Veterinária e de Engenharia Florestal (em Patos) e a Faculdade de Filosofia (em Cajazeiras).

A UFPB, a partir de então, ficou estruturada da seguinte maneira: *campus* I, na cidade de João Pessoa; *campus* II, na cidade de Campina Grande; *campus* III, na cidade de Areia; *campus* IV, na cidade de Bananeiras; *campus* V, na cidade de Cajazeiras; *campus* VI, na cidade de Sousa e *campus* VII, na cidade de Patos.

Em 9 de abril de 2002, houve um desmembramento de quatro *campi* da UFPB (Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras) e, assim, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, através da Lei nº 10.419, que passou a ser integrada por esses quatro *campi*. Em 2006, foram criados os *campi* de Sumé e Cuité, e, em 2010, o de Pombal.

Com o desmembramento de quatro dos seus sete *campi* para a criação da UFCG, a UFPB passou a funcionar somente com os *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras, o que concentrou 94% de suas atividades no *campus* I, em João Pessoa.

Conforme o Relatório de Gestão de 2015, UFPB (2016), a estrutura acadêmica da instituição é composta por 16 centros que possuem 138 cursos de graduação, 127 de pós-graduação distribuídos do seguinte modo: 20 cursos de especialização; 58 mestrados acadêmicos; 11 mestrados profissionais e 39 doutorados. No ano de 2015, possuía 44.730 alunos matriculados, 31.123 na Graduação Presencial, 4.776 na Graduação a Distância e 8.831 na Pós-Graduação, dos quais 4.978 são *stricto sensu* e 3.853, *lato sensu*.

A UFPB conta ainda, em 2015, com 2.533 de servidores docentes de 3º grau, destes, 2.435 são efetivos e 98 substitutos. Dentre os docentes efetivos, 71,90% possuem título de doutor, 24,47% são mestres. Já alunos matriculados, do total de 44.730 alunos, 31.123 estão matriculados na graduação presencial, 4.776 na graduação à distância e 8.831 na pós-graduação, sendo 4.978 *stricto sensu* e 3.853 *lato sensu*; e 2.724 técnico-administrativos.

Com os Programas Expandir e REUNI, na Paraíba, foram criados quatro *campi*, a UFPB criou o *campus* IV e a UFCG criou os *campi* de Sumé, Cuité e Pombal.

Em 2005 foi feito um projeto para a criação do *campus* IV (Litoral Norte) e este foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em março de 2006 através da Resolução nº 05/2006. Seguido da criação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), pela Resolução 06/2006 do CONSUNI.

A UFPB ficou composta dos seguintes *campi*: *campus* I (João Pessoa), *campus* II (Areia), *campus* III (Bananeiras). Com vistas a se integrar à diretriz da política de expansão do ensino superior público do MEC, a UFPB retomou a interiorização do ensino ao criar o *campus* IV (Mamanguape e Rio Tinto) em 2006.

Dentre as justificativas do Conselho Universitário (CONSUNI) para a criação do *campus* IV, destacamos “[...] a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social”, conforme informações presentes no Anexo da Resolução nº 05/2006 (UFPB, 2006) descreve:

O novo *campus* da UFPB localizar-se-á na região da Mata Paraibana. Mais precisamente, as suas instalações serão implantadas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, na microrregião Litoral Norte. A sua atuação será voltada às necessidades da vida educacional, cultural, social e econômica dos 396.338 habitantes das microrregiões Litoral Norte e Sapé e dois municípios vizinhos. Essa sua área de abrangência envolve 22 municípios, 11 dos quais na primeira microrregião e 9 na segunda. (UFPB, 2015, p.6).

As justificativas foram as seguintes:

- I. A realidade socioeconômica regional: o IDH de 0,56, inferior ao do Estado que era de 0,66; expectativa de vida de 58,7 anos; mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças de até um ano nascidas vivas e taxa de analfabetismo de 46,0% da população de 15 anos ou mais.
- II. Demanda por ensino superior formada pelos alunos do ensino médio: de 1998 a 2004 houve um crescimento de 77% (10% ao ano) do total de alunos concluintes do ensino médio nessa região.
- III. Possibilidade de crescimento do setor agropecuário das microrregiões, pois são superiores às demais microrregiões do Estado em relação à qualidade do solo, clima, água, energia, acesso rodoviário e marítimo. No setor industrial destaca-se a pesca, carcinocultura, piscicultura e produção sucroalcooleira. No setor

agropecuário a fruticultura (mamão e abacaxi); e a pecuária bovina de leite e de corte.

- IV. Possibilidade de modernização das culturas canavieiras e fruticultureiras.
- V. Elevado potencial turístico, pois nessa área estão localizadas quase 60% de todas as reservas indígenas da Paraíba, com cerca de 6.000 pessoas.
- VI. Possibilidade do crescimento de atividades produtoras de óleo de mamona, que junto com o próspero segmento sucroalcooleiro são favorecidos pela situação mundial crítica da produção de petróleo.

Os municípios dessas microrregiões beneficiadas seriam: Microrregião Litoral Norte – Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis e Rio Tinto; Microrregião Sapé – Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Mari, Pilar, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé e Sobrado; Municípios Vizinhos – Santa Rita e Lucena.

De acordo com Barbosa, Petterini e Ferreira (2015), na escolha do município que receberia um novo *campus*, embora o programa tenha priorizado os municípios com mais de 50.000 habitantes, foram selecionados 13 municípios brasileiros com até 20.000 habitantes, e outros 34 municípios, com menos de 50.000 habitantes, como o caso de Rio Tinto, com 23.431 habitantes e Mamanguape, que possui aproximadamente 44.030 habitantes.

A influência econômica e geográfica do município em sua região, a importância da população e do PIB municipal determinaram os municípios que receberiam um *campus*, além da influência política, pois, conforme Polari (2006 apud NASCIMENTO, 2013), o apoio da bancada paraibana na Câmara e no Senado foi decisivo para a aprovação do pleito da UFPB com vistas à construção do *campus* IV.

Porém, além dos fatores que determinaram o local de implantação do *campus*, o fato de a área – onde seria instalado o *campus* – ser uma região de reserva indígena e ecológica foi decisivo na análise do mérito do projeto feita pelo MEC, segundo a Ata do Conselho Universitário/CONSUNI (2006) sobre a implantação do *campus* do Litoral Norte.

Conforme o projeto de criação², o *campus* da UFPB Litoral Norte teria a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. A distância média desses municípios para as unidades

²Conforme dados presentes no Anexo da Resolução 05/2006 do Conselho Universitário UFPB (2006)

acadêmicas criadas no *campus* universitário é da ordem de 20 km. Para a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a distância é de cerca de 50 km.

Os cursos ali ofertados seriam complementares à atual oferta de cursos de graduação da Universidade. Entre os critérios adotados para escolha a desses novos cursos, destacar-se-ia a sua integração com as necessidades educacionais, culturais, sociais e econômicas locais.

A definição dos cursos de graduação a serem ofertados pelo *campus* teve, por base de determinação – total ou parcial conjunta –, os seguintes critérios:

- 1) O curso não poderia já ser ofertado pelas universidades públicas existentes na Paraíba;
- 2) Caso constasse da oferta de cursos dos atuais *campi* da UFPB, que tivesse uma procura anual pelo menos seis vezes superior às vagas ofertadas;
- 3) Capacidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da educação básica dos municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé;
- 4) Que aproveitasse a capacidade e vocação econômica regional, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico;
- 5) Servisse de base acadêmico-científica às atividades de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com o desenvolvimento regional sustentável.

A composição organizacional do campus Litoral Norte é pautada pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB. Os seus órgãos foram, portanto, concebidos como sendo da administração setorial da Instituição: Centros; Departamentos; Coordenações de Curso; Laboratórios; Núcleos de Pesquisa e de Extensão etc.

Seguindo as referidas determinações, elegeram-se os 12 cursos de graduação que seriam ofertados pelas unidades acadêmicas do *campus* instaladas nas áreas das cidades de Mamanguape e Rio Tinto, conforme se segue. Em Mamanguape: Ciências Contábeis, Secretariado, Hotelaria, Sistemas de Informação, Pedagogia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) e Gestão e Negócios. Em Rio Tinto: Engenharia de Pesca, Design, Ecologia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Computação.

O curso de Licenciatura em Geografia nunca chegou a funcionar, o de Engenharia de Pesca foi substituído pelo curso de Gastronomia, porém, foi transferido para o *campus* I, e atualmente funciona no Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional/CTDR. O curso de Gestão de Negócios também não chegou a funcionar e foi substituído pelo curso de Letras. Em reunião do Conselho de Centro em 26/04/13, foi aprovada a realocação do Departamento de Hotelaria e Gastronomia/DHG para o *campus* I; o curso de Hotelaria só está funcionando

no *campus* IV para a conclusão da última turma, pois já foi transferido para o CCTA/Centro de Comunicação, Turismo e Artes.

Atualmente, o *campus* IV oferece 10 cursos: Antropologia e Culturas Indígenas; Ciências Contábeis; Licenciatura em Ciências da Computação; Design; Ecologia; Letras; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Pedagogia; Secretariado Executivo Bilíngüe e Sistema de Informação.

4 METODOLOGIA

Para o cálculo do custo total por aluno da graduação, por departamento, serão incorporados os custos diretos: folha de pagamento dos servidores docentes e técnico-administrativos, gastos com custeio e outros; e indiretos: gastos distribuídos da área administrativa da UFPB, tais como: das Pró-Reitorias, da Biblioteca Central (BC), da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), da Editora Universitária (EDU) e da Prefeitura Universitária (PU).

A unidade de referência será o departamento, visto que ficou inviável se calcular o custo por aluno por curso, uma vez que os servidores docentes e técnico-administrativos pertencem ao quadro do departamento e não do curso.

O cálculo do custo do aluno será feito com base no estudo sobre o custo do ensino de graduação de Magalhães (2007b), na Universidade Federal de Viçosa. Segundo a autora, para uma correta apuração dos gastos é necessário que seja feita a correta classificação dos custos. Os custos podem ser classificados de duas formas: Quanto à forma que será apropriado em relação a um produto ou serviço: diretos e indiretos; quanto à forma como reagem às mudanças nas quantidades dos produtos ou serviço: fixos ou variáveis.

Uma vez que as Instituições Federais de Ensino Superior possuem, por fim, atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, diversas atividades, a apuração dos custos por aluno não é uma tarefa de fácil execução. “A complexidade em uma organização como a universidade é tão grande que, mesmo com alguns refinamentos, ainda fica difícil se comparar o custo do aluno” (PETER, 2003, p.05).

Ainda conforme a citada autora, que fez estudo sobre um sistema de custos baseado nas atividades, os Institutos Federais de Ensino Superior concentram cerca de 80% de seus custos em pessoal e encargos sociais.

Isso se deve ao fato de as Instituições de Ensino Superior serem densas em mão-de-obra, ou seja, a tecnologia utilizada é trabalho intensiva.

Neste trabalho adotou-se, como base, o estudo de Magalhães (2007b), com algumas diferenças: Utiliza-se, além dos recursos do Tesouro, os recursos arrecadados pela instituição, os recursos próprios; Além das despesas correntes, utiliza-se também, as despesas de capital: aquisição de equipamentos, mobiliários e gastos com obras. Considera-se o número de alunos do departamento de formação, portanto, não considera o número de alunos matriculados de outros cursos que venham fazer disciplinas.

A seguir, no Quadro 01, são apresentados os tipos de informação utilizados no estudo.

Quadro 1- Tipo das informações utilizadas no estudo

INFORMAÇÕES	DESCRIÇÃO
DENOMINADOR	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
ATIVIDADES	NÃO SEPARA AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
TIPO DE REGIME	COMPETÊNCIA
DESPESAS COM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	NÃO UTILIZA AS DESPESAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
ORIGEM DOS RECURSOS	RECURSOS DO TESOUREIRO E RECURSOS PRÓPRIOS
DESPESAS CONSIDERADAS	CORRENTES E DE CAPITAL
PERÍODO DE ANÁLISE	2009 A 2015
BASE DE DADOS	ORÇAMENTO EXECUTADO
DEPRECIACÃO	NÃO INCLUI

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1 Natureza da pesquisa

O estudo doravante empreendido remete a uma pesquisa:

Exploratória, pois existem poucos trabalhos que abordem os custos por aluno dentro das universidades. Segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo tornar o problema mais explícito; Bibliográfica, através de estudos de material disponível para pesquisa. Conforme o citado autor neste tipo de pesquisa é utilizado material já produzido: dissertações, artigos, livros etc.; Documental, analisando documentos disponíveis na Instituição, como orçamentos e, relatórios; Estudo de caso, que, ainda segundo o referido autor, é mais utilizado nas ciências biomédicas e sociais e consiste num estudo mais aprofundado de uma unidade, neste estudo a unidade de análise é o *campus* IV da UFPB..

Para o cálculo do custo por aluno da graduação, foram utilizadas as seguintes informações: número de servidores docente e técnico-administrativo, número de bolsistas de iniciação científica, número de cursos de extensão, número de alunos matriculados na graduação, número de alunos matriculados na pós-graduação e a área útil do *campus* I e IV, além dos gastos diretos e indiretos da administração.

Na determinação dos custos diretos dos Órgãos Administrativos e Órgãos Acadêmicos foram utilizados dados financeiros referentes aos seguintes elementos de despesa:

- Diárias- pessoal civil: gastos com locomoção urbana e hospedagens;
- Material de Consumo: gastos com material de expediente, limpeza, combustíveis, alimentos etc.;
- Passagens e despesas com locomoção: gastos com passagens, seguros, taxas de embarque etc.;
- Outros serviços de terceiros/ pessoa física: despesas com serviços prestados por pessoa física;

- e. Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica: valores gastos com água e esgoto, telefonia, energia, manutenção de bens imóveis e de equipamentos etc.;
- f. Equipamento e material permanente;
- g. Obras;
- h. Pessoal docente: despesas com a folha de pagamento;
- i. Pessoal técnico-administrativo: gastos com pagamento de salários.
- j. Outros gastos: auxílio financeiro a estudantes e a pesquisadores, contribuições, indenizações e restituições, despesas de exercícios anteriores etc.;

Na apuração dos gastos com serviços de água e energia por Centro de Custo (divisão da instituição em setores ou departamentos, a fim de apurar o custo gerado por cada um deles), os Centros de Ensino ou Órgãos Administrativos, foi feito um cálculo em que se dividiu o valor dos gastos de água pela área total, obtendo-se, assim, o valor do m² o qual, depois, é multiplicado pela área do centro de ensino ou órgão administrativo.

Já no cálculo dos gastos com telefonia, utiliza-se o mesmo cálculo dos gastos com água e energia, porém, ao dividir os gastos com telefonia pela área, em vez de se utilizar a área total do *campus* IV, usa-se a área útil do *campus* IV.

Não foram considerados os gastos com depreciação, pois na UFPB não é feita a contabilização da depreciação dos bens do ativo permanente da instituição. Também não serão consideradas as despesas com aposentadorias, reformas, sentenças judiciais e pensões, uma vez que se referem a despesas não relacionadas com o presente.

Os dados financeiros foram ajustados para o ano de 2015 usando, como índice, o deflator do PIB que é utilizado para corrigir os valores monetários para o presente ano. Este índice é obtido através da divisão do PIB nominal pelo PIB real; com o índice calculado, dividem-se os valores dos anos anteriores pelo índice obtido. O PIB nominal é o valor dos bens e serviços medidos pelos preços correntes, e o PIB real é o valor dos bens e serviços medidos por um conjunto de preços constantes.

Contabilizam-se, neste trabalho, as despesas realizadas pela UFPB com recursos oriundos da fonte do Tesouro e de Recursos Próprios.

Não serão considerados os gastos do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), uma vez que o *campus* IV está a mais 50 km de distância do *campus* sede, de modo que não possui cursos de graduação na área de ciências médicas nem da saúde, ou seja, os alunos do *campus* IV utilizam o HULW como os demais indivíduos da comunidade.

A unidade de análise estudada é o *campus* IV da UFPB. O período compreendido para a análise do cálculo do custo por aluno foi de 2009 a 2015, pois havia a maior disponibilidade dos dados, uma vez que a partir de 2009 as unidades administrativas e acadêmicas estavam sob a forma de Unidade Gestora Responsável (UGR).

4.2 Origem dos dados utilizados no cálculo do custo do ensino da graduação

Os dados do *campus* IV foram obtidos a partir do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), da Prefeitura Universitária (PU), da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), do Ministério da Educação (MEC), da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), da Pró-Reitoria de Pós Graduação (PRPG), da Pró-Reitoria de Administração (PRA), da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), site da UFPB, do Relatório de Gestão e do Laboratório em Microeconomia Aplicada (LEMA) conforme Quadro 02, abaixo:

Quadro 2 - Origem dos dados utilizados no cálculo do custo do ensino da graduação

ORIGEM DOS DADOS	INFORMAÇÕES OBTIDAS
LEMA	Informações referentes ao alunado do <i>campus</i> IV durante o período de 2006 a 2015.
PRA	Despesas empenhadas
PRAC	Nº de cursos de extensão PROBEX e FLUEX.
PRPG	Nº de alunos matriculados na pós-graduação e nº de bolsistas do PIBIC.
PU	Despesas com água em 2014 (campi I e IV).
RELATÓRIO DE GESTÃO	O nº de alunos matriculados na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (mestrado e doutorado) de 2009 a 2012.
SIAFI	Despesas com água, energia e telefonia para 2009 - 2012, através das Ordens Bancárias (OB's).
SIGRH	Relação de servidores docentes e técnico-administrativos
STI	Gastos com a folha de pessoal docente e técnico; alunos matriculados na graduação.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Para Martins (2003 apud MAGALHÃES et al, 2010), existem dois sistemas de cálculo de custos: por absorção e variável. Através do sistema por absorção os custos (fixos e variáveis) são totalmente absorvidos, não importando se são diretos ou indiretos. Já o sistema variável apura apenas os custos variáveis. Nesse trabalho utiliza-se o sistema por absorção.

De acordo com Carpintéro (1995):

Considera-se que o custeio integral, em especial o método de custeio por absorção, é aquele que permite um maior controle de custos, por permitir a apropriação de custos por departamentos (unidades), os chamados centros de custos, e neste sentido, o sistema proposto no estudo estaria inicialmente utilizando seus princípios e relacionando os recursos orçamentários “diretos” às unidades (centros de custos) e

os recursos orçamentários “indiretos” rateados segundo critérios específicos para cada caso. (CARPINTÉRO, 1995, p.3).

As despesas com serviços de energia, água e telecomunicações do *campus* I, para o rateio das unidades administrativas de 2009 a 2012, foram obtidas através das Ordens Bancárias (OB's) mensais, uma vez que as despesas empenhadas neste período não estavam separadas por *campus*.

O número de alunos matriculados na Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) de 2009 a 2012 foi obtido do Relatório de Gestão (2015), uma vez que, segundo informações da PRPG, esses dados estariam mais consistentes na PROPLAN, pois, nesse período, não havia ainda o Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Para a apuração dos custos por aluno de graduação é necessário ter conhecimento sobre a estrutura organizacional da UFPB para que seja possível relacionar os custos afetos às diferentes atividades vinculadas ao ensino de graduação.

A UFPB está estruturada da seguinte forma: Conselho Universitário (CONSUNI); Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); Conselho Curador; Conselho Social Consultivo; Reitoria (auxiliado pela Vice-Reitoria); Pró-Reitorias. Órgãos de Administração Setorial: Deliberativos (Conselho de Centro, Conselho Departamental, Colegiado de Curso); Executivos (Diretoria, Chefias Departamentais, Coordenações de Curso); Órgãos Suplementares: Prefeitura Universitária, Biblioteca Central; Superintendência de Tecnologia da Informação; Editora Universitária; Hospital Universitário; Laboratório de Estudos Ambientais; Núcleos de Pesquisa e Extensão, criados por resoluções do CONSUNI; Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP).

A UFPB conta, ainda, com órgãos auxiliares: Procuradoria Jurídica (presta assessoramento jurídico ao Reitor, aos órgãos Superiores e defende os interesses da UFPB em juízo), a Chefia de Gabinete e o Controle Interno, que trabalha junto ao CONSUNI.

As Pró-Reitorias são as que serão apresentadas a seguir:

- I. Pró-Reitoria de Administração (PRA): é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegadas pelo(a) Reitor(a) nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares.
- II. Pró-Reitora de Graduação (PRG): é o órgão auxiliar de direção superior responsável por planejar, coordenar e controlar todas as atividades de ensino nos cursos de graduação.

- III. Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG): é o órgão auxiliar de direção superior com responsabilidade de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de ensino nos cursos de pós-graduação, pesquisa e capacitação de docentes mantidas pela Universidade.
- IV. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC): responsável por coordenar a política de extensão da instituição.
- V. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN): é responsável pelos assuntos referentes à gestão do Planejamento da Instituição. Em 2009, embora ainda não houvesse Unidade Gestora Responsável (UGR), já havia apropriação de despesas com pessoal técnico-administrativo na PROPLAN, porém, os empenhos eram emitidos pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD).
- VI. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é o órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade, como também pela coordenação e acompanhamento da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional e das deliberações dos Conselhos Superiores da UFPB.
- VII. Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE): tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando a sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba. Foi criada em 2011.

E, finalmente, os Órgãos Acadêmicos, distribuídos em dezesseis Centros de Ensino: Centro de Biotecnologia (CBIOTEC); Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR); Centro de Informática (CI); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

4.3 Apuração dos custos

Para o cálculo do custo por aluno, divide-se a estrutura da UFPB em Órgãos Administrativos e Órgãos Acadêmicos.

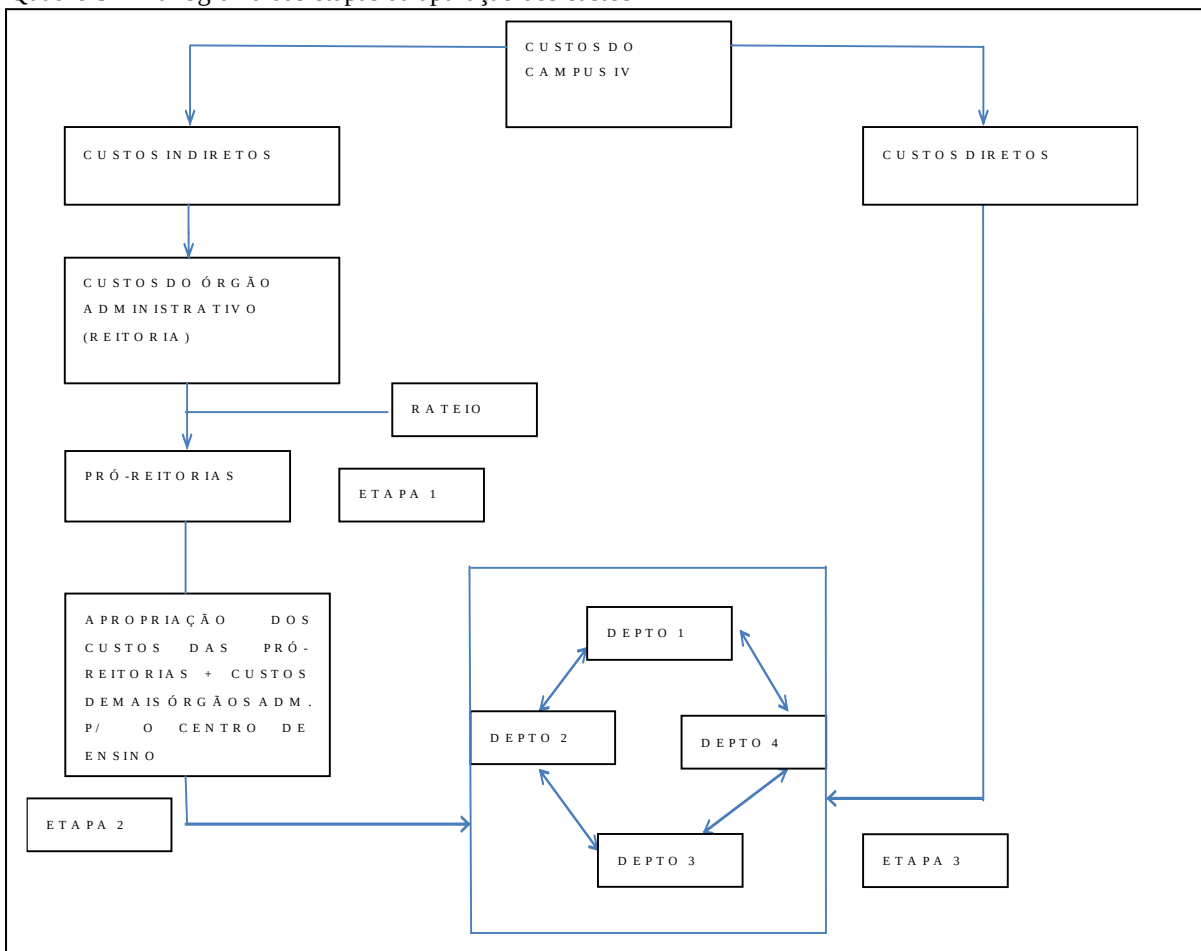
Os Órgãos Administrativos estão relacionados indiretamente às atividades de ensino. Já os Órgãos Acadêmicos são os centros de ensino ligados, diretamente, às atividades de ensino.

Os custos de cada órgão administrativo foram distribuídos entre os departamentos de acordo com as características de cada órgão, tendo como base o número de alunos matriculados.

Serão calculados os gastos da Reitoria, das Pró-Reitorias, do *campus* IV e das unidades administrativas: STI (Superintendência de Tecnologia da Informação), BC (Biblioteca Central), PU (Prefeitura Universitária) e EDU (Editora Universitária).

A apuração dos custos será feita em 3 etapas, conforme dados constantes do fluxograma do Quadro 3:

Quadro 3 – Fluxograma das etapas da apuração dos custos



Fonte: Adaptação de Magalhães (2007) a partir de dados da pesquisa, 2017.

Na etapa I: apuram-se os custos diretos de todos os órgãos; depois é feito o rateio dos custos da Reitoria entre as Pró-Reitorias. Na etapa II: é feita a distribuição dos custos dos órgãos administrativos (Pró-Reitorias e STI, EDU, BC e PU) entre os órgãos acadêmicos, no caso específico, para o *campus* IV. Na etapa III: é feita a distribuição dos custos do centro de ensino para o departamento.

Utiliza-se o departamento em vez do curso para o cálculo do custo por aluno, pois os dados referentes aos gastos com pessoal docente e técnico são obtidos junto ao STI e estão agrupados por departamento, não estando disponível por curso.

4.4 Órgãos Administrativos

Após a apuração das despesas da Reitoria, esse montante será dividido com as Pró-Reitorias, ou seja, além dos custos diretos das mesmas serão acrescidos os custos indiretos advindos da Reitoria, conforme fórmula (1),

Abaixo segue a fórmula 1, que indica como se obtêm os Custos da Reitoria distribuídos às Pró-Reitorias.

$$CT_{PR} = \frac{CTR}{N_{PR}} \quad (1)$$

Em que,

CD_{PR} = Custo da Reitoria distribuído às Pró-Reitorias

CTR = Custo total da Reitoria

N_{PR} = Número de Pró-Reitorias

Será feito o cálculo das despesas empenhadas pelas Pró-Reitorias acrescidas dos custos rateados pela Reitoria, gastos com pessoal docente e técnico administrativo, além dos gastos com energia, água, esgoto e telecomunicações. Esses custos serão distribuídos à graduação de acordo com as especificidades de cada Pró-Reitoria.

No cálculo das despesas das Pró-Reitorias que são indiretamente ligadas ao ensino (PRA, PROPLAN e PROGEP), serão utilizadas as mesmas fórmulas, só variando o custo da Pró-Reitoria em questão.

Para o cálculo do custo da PRA, distribuído pela graduação, serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação, na pós-graduação, no departamento e na UFPB,

o número de docentes e técnicos de cada departamento, o de docentes e técnicos totais da UFPB e os custos apurados pela PRA (direta e indiretamente recebidos pela Reitoria).

Esta ponderação do segundo termo da fórmula capta o peso do departamento em relação ao total da UFPB. O terceiro termo diz respeito aos gastos proporcionais à graduação, conforme a fórmula 2 a seguir.

$$CD_{GRI} = CPRA \times \left[\frac{NM_{GRI} + NM_{PGI} + D_i + TA_i}{NM_{GRT} + NM_{PGT} + D_T + TA_T} \right] \times \left[\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRI} + NM_{PGI}} \right] \quad (2)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRA$ = Custo total da PRA

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGI} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

D_i = Número de docentes do departamento i

D_T = Número de docentes da UFPB

TA_i = Número de técnicos do departamento i

TA_T = Número de técnicos da UFPB

Para o cálculo do custo da PROPLAN, distribuído pela graduação, serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação dos departamentos e da UFPB, o número de docentes e técnicos de cada departamento, número de docentes e técnicos totais da UFPB e os custos apurados pela PROPLAN (diretamente e os indiretamente recebidos da REITORIA), conforme fórmula 3.

$$CD_{GRI} = CPROPLAN \times \left[\frac{NM_{GRI} + NM_{PGI} + D_i + TA_i}{NM_{GRT} + NM_{PGT} + D_T + TA_T} \right] \times \left[\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRI} + NM_{PGI}} \right] \quad (3)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPROPLAN$ = Custo total da PROPLAN

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGi} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

D_i =Número de docentes do departamento i

D_T =Número de docentes da UFPB

TA_i =Número de técnicos do departamento i

TA_T =Número de técnicos da UFPB

Para o cálculo do custo da PROGEP, distribuído pela graduação serão utilizados; além do número de alunos matriculados na graduação, na pós-graduação dos departamentos e da UFPB, o número de servidores docentes e técnicos de cada departamento e da UFPB e os custos apurados pela PROGEP (diretamente e os indiretamente recebidos da REITORIA), conforme fórmula 4,

$$CD_{GRI} = C_{PROGEP} \times \left[\frac{NM_{GRI} + NM_{PGi} + D_i + TA_i}{NM_{GRT} + NM_{PGT} + D_T + TA_T} \right] \times \left[\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRI} + NM_{PGi}} \right] \quad (4)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

C_{PROGEP} = Custo total da PROGEP

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGi} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

D_i =Número de docentes do departamento i

D_T =Número de docentes da UFPB

TA_i =Número de técnicos do departamento i

TA_T =Número de técnicos da UFPB

Para o cálculo do custo da PRAC, distribuído pela graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação do departamento e da UFPB, o número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB, o número de cursos de extensão de cada departamento e da UFPB e os custos apurados pela PRAC diretamente e os indiretamente recebidos da REITORIA.

Os cursos de extensão que serão utilizados no cálculo do custo do aluno de graduação são PROBEX - Programa de Bolsas de Extensão que é mantido com recursos próprios da

Universidade; e FLUEX – Fluxo Contínuo de Extensão. Não utilizaremos o PROEXT, pois estes são pagos com recursos de convênios.

O cálculo da PRAC será feito em duas etapas:

a) 1ª Etapa: Serão calculados os gastos com auxílios, conforme fórmula 5, que traz a maneira por meio da qual é calculado o custo da PRAC com auxílios, distribuído pela graduação.

$$CD_{GRI} = CPRAC_{AUX} \times \left[\left(\frac{CE_i}{CE_T} \right) \right] \quad (5)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRAC_{AUX}$ = Custo total da PRAC com auxílios

CE_i = Número de cursos de extensão do departamento i

CE_T = Número de cursos de extensão da UFPB

b) 2ª Etapa: Serão calculados os demais gastos, exceto os gastos com auxílios, conforme fórmula 6: Custo da PRAC, exceto auxílios, distribuído pela graduação.

$$CD_{GRI} = CPRAC_{DEMAIS} \times \left[\left(\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \right] \quad (6)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRAC_{DEMAIS}$ = Custo total da PRAC (exceto com auxílios)

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

Para o cálculo do custo da PRPG distribuído pela graduação será utilizado, além do número de alunos matriculados na pós-graduação, o número de bolsistas de iniciação científica de cada departamento, pois a função da PRPG é administrar a pesquisa científica, a pós-graduação, os custos apurados pela PRPG diretamente e os indiretamente recebidos da Reitoria, conforme fórmula 7, a seguir:

$$CD_{GRI} = CPRPG \times \left(\frac{NB_{ICi}}{NB_{ICi} + NM_{PGT}} \right) \quad (7)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRPG$ = Custo total da PRPG

NB_{ICi} = Número de bolsistas de iniciação científica do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

Para o cálculo do custo da PRG distribuído pela graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação por departamento e o total de alunos matriculados na UFPB, os custos apurados pela PRG (diretamente e os indiretamente recebidos da REITORIA), conforme fórmula 8, que traz o custo da PRG distribuído pela graduação

$$CD_{GRI} = CPRG \times \left(\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRT}} \right) \quad (8)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRG$ = Custo total da PRG

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

Para o cálculo do custo da PRAPE, que visa à permanência dos alunos nos cursos de graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação por departamento e o total de alunos matriculados na UFPB, os custos apurados pela PRAPE (diretamente e os indiretamente recebidos da REITORIA), conforme fórmula 9, que traz o custo da PRAPE distribuído pela graduação.

$$CD_{GRI} = CPRAPE \times \left(\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRT}} \right) \quad (9)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CPRAPE$ = Custo total da PRAPE

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

Os demais órgãos administrativos, STI (Superintendência da Informação), BC (Biblioteca Central), PU (Prefeitura Universitária) e EDU (Editora Universitária) utilizarão apenas os seus custos diretos na apuração de seu custo total distribuído à graduação.

Para o cálculo do custo da BC distribuído pela graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação do departamento e da UFPB e na pós-graduação da UFPB, os custos apurados pela BC diretamente, conforme fórmula 10, que indica o custo da Biblioteca Central distribuído pela graduação.

$$CD_{GRI} = CBC \times \left(\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \quad (10)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

CBC = Custo total da BC

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

Para o cálculo do custo da STI distribuído pela graduação, serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação do departamento e da UFPB, o número de docentes e técnicos de cada departamento, número de docentes e técnicos totais da UFPB e os custos apurados pela STI diretamente, conforme fórmula 11,

$$CD_{GRI} = CSTI \times \left[\frac{NM_{GRI} + NM_{PGI} + D_i + TA_i}{NM_{GRT} + NM_{PGT} + D_T + TA_T} \right] \times \left[\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRI} + NM_{PGI}} \right] \quad (11)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CSTI$ = Custo total da STI

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGI} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

D_i =Número de docentes do departamento i

D_T =Número de docentes da UFPB

TA_i =Número de técnicos do departamento i

TA_T =Número de técnicos da UFPB

Para o cálculo do custo da EDU distribuído pela graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação do departamento, e os matriculados na graduação da UFPB, os custos apurados pela EDU diretamente, conforme fórmula 12.

$$CD_{GRI} = CEDU \times \left(\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRT} + NM_{PGT}} \right) \quad (12)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

$CEDU$ = Custo total da EDU

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

Para o cálculo do custo da PU distribuído pela graduação serão utilizados, além do número de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação dos departamentos e da UFPB, o número de docentes e técnicos de cada departamento, número de docentes e técnicos totais da UFPB e os custos apurados pela PU diretamente, conforme fórmula 13.

$$CD_{GRI} = CPU \times \left[\frac{NM_{GRI} + NM_{PGI} + D_i + TA_i}{NM_{GRT} + NM_{PGT} + D_T + TA_T} \right] \times \left[\frac{NM_{GRI}}{NM_{GRI} + NM_{PGI}} \right] \quad (13)$$

Em que,

CD_{GRI} = Custo total distribuído pela graduação do departamento i

CPU = Custo total da PU

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

NM_{GRT} = Número de alunos matriculados na graduação da UFPB

NM_{PGI} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do departamento i

NM_{PGT} = Número de alunos matriculados na pós-graduação da UFPB

D_i =Número de docentes do departamento i

D_T =Número de docentes da UFPB

TA_i =Número de técnicos do departamento i

TA_T =Número de técnicos da UFPB

4.5 Órgãos Acadêmicos

Os custos dos órgãos Administrativos serão rateados com os diversos departamentos de ensino, para que, junto com os custos diretamente apurados no *campus* IV, resultem no custo por aluno da graduação.

Conforme a Resolução nº 6/2006 do CONSUNI, originalmente foram criados quatro Departamentos no *campus* IV: Departamento de Ciências Exatas; Departamento de Ciências Sociais; Departamento de Educação e o Departamento de Engenharia e Meio Ambiente.

Atualmente o *campus* IV possui oito departamentos e onze cursos: Departamento de Ciências Exatas (Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências da Computação e Sistemas de Informação); Departamento de Ciências Sociais (Antropologia e Culturas Indígenas); Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue); Departamento de Design (Design); Departamento de Educação (Pedagogia); Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (Ecologia); Departamento de Letras (Letras) e Departamento de Hotelaria (Hotelaria).

Para o cálculo dos custos do ensino de graduação antes da distribuição entre cada departamento, utilizaremos, além do número de alunos matriculados na graduação e na pós-graduação, os custos apurados diretamente pelos departamentos, conforme a seguinte fórmula 14 (Custo apurados diretamente pelos departamentos),

$$CE_i = \left(\frac{CD_i}{NM_{GRcdae} + NM_{PGcdae}} \right) \quad (14)$$

Em que,

CE_i = Custo do ensino por aluno do departamento i

CD_i = Custo diretamente identificado no departamento i

NM_{GRcdae} = Número de alunos matriculados na graduação do CCAE

NM_{PGcdae} = Número de alunos matriculados na pós-graduação do CCAE

Como os gastos de pessoal, água, energia e telefonia já estão detalhados por departamento, o custo diretamente identificado será dividido pelo número de alunos matriculados na graduação do departamento.

Por fim, com o total dos custos do ensino do departamento será feita a multiplicação pelo total de alunos da graduação, conforme fórmula 15 (Custo do ensino da graduação multiplicado pelo nº de alunos matriculados na graduação)

$$CE_{GRI} = CE_i \times NM_{GRI} \quad (15)$$

Em que,

CE_{GRI} = Custo do ensino da graduação do departamento i

CE_i = Custo do ensino por aluno do departamento i

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

Após a obtenção dos custos diretos com a graduação de cada departamento do *campus* IV, esse valor será dividido pelo número de alunos da graduação do departamento, e, assim, teremos o custo unitário de cada aluno de graduação daquele departamento, conforme a fórmula 16 (Custo direto por aluno da graduação).

$$CA_{GRI} = \frac{CE_{GRI}}{NM_{GRI}} \quad (16)$$

Em que,

CA_{GRI} = Custo direto do aluno da graduação do departamento i

CE_{GRI} = Custo do ensino da graduação do departamento i

NM_{GRI} = Número de alunos matriculados na graduação do departamento i

Em virtude de haver despesas com pessoal na Direção de Centro do *campus* IV, essa despesa será rateada e adicionada ao custo direto de cada departamento.

Após o cálculo dos custos diretos do aluno da graduação de cada departamento, serão calculados os custos totais do aluno de graduação através da soma dos custos diretos com os custos indiretos obtidos de cada Pró-Reitoria e dos demais órgãos administrativos: STI, BC, EDU e PU, conforme fórmula 17 (Custo total por aluno da graduação).

$$CT_{GRI} = CA_{GRI} + \sum CD_{GRI} \quad (17)$$

Em que,

CT_{GRI} =Custo total do aluno da graduação do departamento i

CA_{GRI} = Custo direto do aluno da graduação do departamento i

CD_{GRI} =Custos indiretos da graduação do departamento i

4.6 Limitações

A análise seria feita, em princípio, no período de 2006 a 2014, mas, devido à dificuldade de se obter dados exatos sobre esses gastos, o que decorreu do fato de que, no período de 2006 a 2008, ainda não era possível identificar os centros custos (órgãos administrativos e acadêmicos) por Unidade Gestora Responsável (UGR), de modo que a análise foi realizada para os anos de 2009 a 2015.

Uma vez que a análise é de apenas um *campus*, situado entre dois municípios (Mamanguape e Rio Tinto), não será possível que os cálculos sejam generalizados para todas as universidades, além do *campus* analisado se situar a, aproximadamente, 50 km do *campus* sede.

Dada a interdisciplinaridade existente entre os cursos, também se torna uma tarefa difícil isolar todos os custos referentes à formação dos alunos. Assim, há departamentos que oferecem disciplinas a outros departamentos, como, por exemplo, matemática e estatística, que ofertam disciplinas a todos os demais cursos. Entretanto, o custo da contratação do professor fica restrito ao departamento ofertante e isto pode elevar demasiadamente o custo por aluno deste tipo de departamento.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, é feita uma análise da apuração dos custos envolvidos com a formação do aluno do CCAE localizado no *campus* IV da UFPB.

Pelos dados aqui levantados, o gasto total do *campus* IV com a graduação em 2015 foi de R\$ 35.807.563,93, representando 2,29% da dotação orçamentária da UFPB, estimada em R\$ 1.559.652.963,00, de acordo com informações prestadas no Relatório de Gestão da UFPB (2016). Após a realização do rateio entre os órgãos administrativos e os órgãos acadêmicos, sabe-se que, do total das despesas deste Centro, cerca de 35,05%, representam custos administrativos ou indiretos e 64,95% representam custos diretos com o ensino.

O *campus* IV possui, também, cinco cursos de pós-graduação: um *stricto sensu* (Mestrado em Ecologia e Monitoramento Ambiental) e quatro *lato sensu*, sendo um no Departamento de Exatas, um no Departamento de Educação e dois no Departamento de Letras. Desta forma, no ano de 2015 foi gasto, com pós-graduação, o valor de R\$ 4.983.685,97. Somados os valores aplicados na graduação e na pós-graduação, os gastos no Centro contabilizam despesas na ordem de R\$ 40.791.249,90 no ano.

Uma análise preliminar dos dados mostra, ainda, que o maior percentual das despesas diretas do *campus* IV é realizada com pessoal docente e técnico administrativo, uma vez que as instituições de ensino superior utilizam tecnologia trabalho-intensiva. Por exemplo, em 2009, a despesa com pessoal docente e técnico-administrativo (R\$ 24.999.734,99), representou 57,34% dos gastos diretos do *campus* IV, uma vez que houve gastos maiores com obras e serviços de terceiros com a instalação do campus, já em 2015, este valor passou para R\$ 26.075.562,71, o que equivale a 94,52% destes gastos.

5.1 A estrutura do CCAE e o perfil do alunado

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAЕ), o único centro do *campus* IV, foi criado, originalmente, com a proposta de funcionamento de 12 cursos, entretanto, o curso de Gastronomia não chegou a iniciar e foi transferido para o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), no *campus* I. O curso de Hotelaria também funciona hoje no *campus* I, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), ficando o centro com apenas 10 cursos e 7 departamentos, conforme Quadro 4. O Departamento de Letras é o mais novo uma vez que iniciou em 2012, ao passo que os demais departamentos são do período da formação do *campus* IV no ano de 2006.

Quadro 4 - Cursos por departamento do CCAE (*campus* IV) na UFPB de 2009 a 2015.

DEPARTAMENTOS E CURSOS DO CCAE (<i>CAMPUS</i> IV)	
DEPARTAMENTO	CURSO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO e SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS e SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE
DESIGN	DESIGN
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	ECOLOGIA
LETRAS	LETRAS
HOTELARIA*	HOTELARIA

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nota: O curso de Hotelaria foi transferido para o *campus* I.

Na Tabela 1 se encontra o número de alunos por curso e ano no período de 2009 até o ano de 2015. Observa-se que no ano de 2009, o número de alunos era de 1.692 e em 2015 este número passou a 2.048, um crescimento de 21%. Esta taxa de crescimento é alimentada tanto pela entrada de novos alunos como por aqueles que ainda estão ativos nos cursos de um ano para outro, ressaltando que deste crescimento também se contabilizam as perdas de alunos pelo processo de evasão e conclusão.

De acordo com a Tabela 1, a partir de 2013 o decréscimo no número de alunos, que foi constante, foi causado tanto pela saída do curso de Hotelaria do *campus* IV para o *campus* I, como, também, pela alta taxa de evasão verificada neste centro, pois possui uma média de 61,09, conforme poderá ser visto na Tabela 12.

Tabela 1 – Alunos matriculados na graduação, no período de 2009 – 2015, por departamento e curso no *campus* IV

DEPARTAMENTO	CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	209	246	322	330	298	295	242
	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	192	232	300	326	315	324	274
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	93	131	178	195	189	188	181
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURA INDÍGENAS	93	99	138	138	126	122	123
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	264	383	483	550	525	515	408
APLICADAS	SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE	221	278	360	400	415	414	340
DESIGN	DESIGN	100	128	165	182	171	172	162
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM	84	131	190	214	239	235	213
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	ECOLOGIA	227	273	355	330	284	287	208
LETRAS	LETRAS	0	0	0	46	88	115	132
HOTELARIA	HOTELARIA	209	246	308	322	275	189	125
TOTAL <i>CAMPUS</i> IV		1.692	2.147	2.799	3.033	2.925	2.856	2.408

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Por este quadro, observa-se, ainda, que o departamento de Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue) apresenta-se com o maior número de alunos do Centro, no total de 792, com destaque para o curso de Contábeis com 408 discentes, os quais representam cerca de 17% do total de estudantes do CCAE. Em seguida vem o departamento de Exatas (Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências da Computação e Sistemas de Informação), com 697 alunos. Os menores departamentos em termos de quantidade de alunos, os quais também possuem somente um curso são: Antropologia; Design e Hotelaria.

Para fazer uma análise mais acurada do perfil do aluno demandante do ensino superior ofertado no CCAE no *campus* IV foi realizado um levantamento das informações de cadastro do discente considerando todos aqueles que efetuaram matrículas em algum curso do Centro entre os anos de 2006 e 2015. A Tabela 3 traz estas informações.

Tabela 2 – Perfil do aluno ingressante no CCAE- *campus* IV da UFPB – por sexo, cor e raça no período de 2006 a 2015.

PERFIL DO ALUNO INGRESSANTE	QUANTIDADE	%
SEXO		
Feminino	3.549	49,8
Masculino	3.577	50,2
Total	7126	100
ESTADO CIVIL		
Solteiro	5.587	78,4
Casado	613	8,6
Não Informado/ Disponível	804	11,28
Outros	122	1,71
Total	7126	100
COR/RAÇA		
Amarela	160	2,25
Branco	2.037	28,59
Indígena	160	2,25
Pardo/ Negro	2.434	34,16
Não Informado/ Disponível	2335	32,77
Total	7126	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com os dados da Tabela 3, o número total de pessoas que ingressaram no CCAE durante os anos de 2006 a 2015 foi de 7.126. De maneira geral, o perfil do ingressante no *campus* IV é composto em sua maioria de pessoas do sexo masculino (50,20%); solteiros (78,40%), que se declaram pardos / negros (34,16%), ou brancos (28,58%). Houve ainda uma quantidade expressiva de pessoas que não informaram a cor, cerca 33% dos informantes.

Observa-se uma baixa inserção de alunos identificados de origem indígena no *campus* IV, pois, desde sua criação em 2006 até 2015, apenas 160 indígenas ingressaram no *campus*, o que representa 2,25% do total de ingressantes no período (ver Tabela 3). Este fato é

importante porque uma das justificativas para a implantação do *campus* IV na região era atender à comunidade indígena.

A Tabela 3 mostra os tipos de vínculos existentes entre os alunos e a instituição. Percebe-se que a maioria ingressou pelo vestibular (63,93%). Entretanto, ressalta-se que a forma de entrada na Universidade foi modificada, pois, a partir de 2011, a UFPB aderiu ao Sistema Único de Seleção Unificada (SISU) e, a partir de 2014, esta passou a ser a única forma de entrada.

Tabela 3 – Tipos de vínculos dos ingressantes do CCAE – *campus* IV da UFPB com a instituição no período de 2006 a 2015.

TIPO DE VÍNCULO	QUANTIDADE	%
FORMA DE ENTRADA		
Vestibular	4.556	63,93
SISU	2.305	32,35
Outras	265	3,72
Total	7.126	100
CANDIDATOS ORIUNDOS DE RESERVAS DE VAGAS		
Cotistas	1.278	17,93
Não Cotista	5.846	82,04
Outros	2	0,03
Total	7.106	100
BOLSAS		
Bolsistas	679	9,53
Não Bolsistas	6447	90,47
Total	7.126	100
VÍNCULO		
Ativo	2738	38,42
Concluente	1008	14,15
Cancelado	3380	47,43
Total	7.126	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto aos alunos oriundos de reservas de vagas por meio de cotas³ (alunos oriundos de escolas públicas; negros ou indígenas e deficientes), estes representam, cerca de, 18% dos alunos ingressantes do total no período considerado. Em relação ao número de bolsistas existentes dentro da Instituição (PIBIC, PROBEX, monitoria, entre outras) observa-se que aproximadamente 10% dos alunos estiverem nesta condição no período analisado.

Um fato que chama atenção são os dados referentes à situação dos vínculos atuais com a Universidade. Dos 7.126 alunos ingressantes no período, apenas 14% destes são concluintes. Um pouco menos da metade evadiram da instituição (47,43%) e os demais estão com matrículas ativas (38,42%). Estes valores preocupam porque oneram os serviços prestados. O custo de funcionamento de um curso é estimado levando em consideração o

³ Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012.

atendimento de 100% dos alunos matriculados, as altas taxas de desistência representam recursos públicos desperdiçados.

Quando da criação do *campus* IV, o objetivo era atender aos municípios das Microrregiões do Litoral Norte (11 municípios), de Sapé (9 municípios) e dos municípios vizinhos, Santa Rita e Lucena, perfazendo um total de 22 municípios.

Segundo a Tabela 4 do total de alunos ingressantes (7.126) no *campus* IV entre os anos de 2006 e 2016, o maior percentual é de residentes da Microrregião Litoral Norte / Sapé, 44,97%. A segunda maior frequência pertence aos municípios da Região metropolitana de João Pessoa, 24,29%; 16,14% não foram identificados e 14,46% são dos demais municípios paraibanos. Não houve nenhum registro nos municípios de Mataraca, Juripiranga, Riachão do Poço e São José dos Ramos.

Tabela 4 – Local de residência dos alunos ingressantes entre 2006 e 2016.

CIDADE / RESIDÊNCIA	FREQUÊNCIA	%
ITAPOROROCA	285	4,00
MAMANGUAPE	1.181	16,57
RIO TINTO	795	11,16
OUTROS	945	13,24
TOTAL MICRORREGIÕES	3.206	44,97
BAYEUX	149	2,09
CABEDELO	37	0,52
JOÃO PESSOA	1545	21,68
TOTAL REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA	1.731	24,29
DEMAIS MUNICÍPIOS	1039	14,46
TOTAL DEMAIS MUNICÍPIOS	1.039	14,46
NÃO IDENTIFICADO	1150	16,14
TOTAL NÃO IDENTIFICADO	1.150	16,14
TOTAL GERAL DE INGRESSANTES	7.126	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

5.2 Uma análise do quadro de pessoal do CCAE: técnico-administrativos e docentes.

As universidades são intensivas em mão de obra e por isto consta, no seu quadro, um razoável número de servidores técnico-administrativos e docentes. Na Tabela 5, pode-se acompanhar o número de servidores técnicos lotados em cada departamento entre os anos de 2009 a 2015. Verifica-se, por dados presentes nesta tabela, que o número de servidores duplicou no período, passando de 26 para 55 servidores.

Tabela 5 – Quantidade de servidores técnico-administrativos por departamento do *campus IV* de 2009 a 2015.

DEPARTAMENTOS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DEPARTAM. DE CIÊNCIA EXATAS	2	4	5	5	2	2	1
DEPARTAM. DE CIÊNCIA SOCIAIS	6	6	6	5	5	3	3
DEPARTAM. DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS	0	0	0	0	0	2	2
DEPARTAM. DE DESIGN	0	0	0	0	1	1	0
DEPARTAM. DE EDUCAÇÃO	1	1	1	1	1	1	1
DEPARTAM. DE ENG ^o E MEIO AMBIENTE	3	5	5	5	6	7	7
DEPARTAM. DE LETRAS	0	0	0	0	0	0	0
DEPARTAM. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA	0	0	0	0	0	0	0
DIRETORIA DO CENTRO	14	13	23	26	32	36	41
TOTAL	26	29	40	42	47	52	55

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Embora o Departamento de Letras não apresente nenhum servidor técnico-administrativo lotado em seu quadro, havia servidores exercendo suas atividades no departamento, provavelmente, de outros departamentos. O mesmo ocorre com o Departamento de Design que só possui servidores técnico-administrativos em 2013 e 2014.

Nos anos de 2009 a 2015, embora não exista servidor técnico-administrativo lotado no Departamento de Hotelaria, observam-se despesas com pessoal que foram obtidas do rateio dos gastos com técnicos da Diretoria do Centro, possivelmente os servidores que exerciam suas atividades estavam lotados no Departamento de Ciências Sociais ou de Ciências Sociais Aplicadas, conforme Apêndice Q.

O Departamento de Ciências Sociais Aplicadas só possui servidores técnicos nele lotados em 2014 e 2015, embora houvesse, efetivamente, servidores técnico-administrativos no departamento desde sua criação.

Quanto aos servidores docentes, os departamentos possuem os seguintes números, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Quantidade de servidores docentes por departamento do *campus IV* de 2009 a 2015.

DEPARTAMENTOS	DOCENTES						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DEPARTAM. DE CIÊNCIA EXATAS	26	34	38	46	44	45	48
DEPARTAM. DE CIÊNCIA SOCIAIS	40	52	46	38	20	19	21
DEPARTAM. DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS	0	0	4	4	24	26	30
DEPARTAM. DE DESIGN	0	0	0	0	9	9	11
DEPARTAM. DE EDUCAÇÃO	6	9	10	13	15	16	16
DEPARTAM. DE ENG ^o E MEIO AMBIENTE	19	25	18	20	18	18	18
DEPARTAM. DE LETRAS	0	0	9	13	14	14	17
DEPARTAM. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA	0	0	0	10	7	0	0
DIRETORIA DO CENTRO	0	0	3	1	0	0	0
TOTAL	91	120	128	145	151	147	161

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os dados referentes ao número de docentes do Departamento de Ciências Sociais e de Ciências Sociais Aplicadas não estão muito consistentes até o ano de 2013, pois embora o departamento de Ciências Sociais Aplicadas já existisse em 2009 e 2010 não consta nenhum registro de docentes, sendo que em 2011 e 2012 só possui 4 docentes. Já em 2013 constam 24 docentes e verifica-se uma redução no número de docentes do Departamento de Ciências Sociais de 38 para 20, e um aumento no número de docentes de 4 para 24 no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, estes docentes estavam lotados no Departamento de Ciências Sociais.

Estes dados, referentes ao número de docentes lotados no Departamento de Ciências Sociais, superestimaram os custos por aluno do curso de Antropologia e Culturas Indígenas, conforme se depreende do Apêndice P. Todos os gastos com pessoal só estão apropriados corretamente a partir de 2013, quando ocorre um aumento nos custos dos com pessoal docente dos cursos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue que pertencem ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, conforme Apêndice P.

Já o Departamento de Hotelaria, que funciona desde 2006, só possui gastos com servidores docentes em 2011 e 2012, o que diminuirá os custos por aluno da graduação deste departamento, de acordo com o Apêndice P.

Na formação do custo total do ensino de graduação do *campus IV*, o maior percentual refere-se ao custo de pessoal docente e técnico-administrativo dos departamentos, sem levar em conta o gasto com pessoal dos órgãos administrativos.

Em 2009 os gastos totais diretos do CCAE foram de R\$ 24.999.734,99, a preços de 2015, (ver Tabela 7), deste total, tem-se que os gastos com pessoal equivalem a 57,34% dos gastos do CCAE, seu menor percentual, uma vez que ainda estavam sendo contratados os

servidores e a maior parte das despesas ainda era com obras, aquisição de material de consumo e de equipamentos. Em 2015, as despesas do Centro foram da ordem de R\$ 26.075.562,71, um crescimento de 4% quando comparado ao ano de 2009, porém, neste ano, 94,52% dos custos foi destinado ao pagamento de servidores.

Tabela 7 – Despesas com pessoal e demais despesas do *campus* IV – Valores constantes a preço de 2015.

DESPESAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DEMAIS DESPESAS	10.665.553,64	5.557.758,32	4.543.160,90	4.397.053,29	5.229.356,90	1.438.497,17	1.429.293,22
PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	1.981.831,39	2.053.396,32	3.749.091,05	3.167.750,42	3.293.852,26	3.350.777,18	3.416.088,97
PESSOAL DOCENTE	12.352.349,96	16.989.089,28	22.777.179,08	18.757.239,43	19.522.244,84	19.970.300,59	21.230.180,52
TOTAL	24.999.734,99	24.600.243,92	31.069.431,03	26.322.043,14	28.045.454,00	24.759.574,93	26.075.562,71

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Além disto, dividindo o total da despesa realizada com a contratação de docentes e o número destes no Centro, obtém que o salário médio mensal de um servidor docente, em 2015, foi R\$ 10.988,71, já de um servidor técnico administrativos foi de R\$ 5.175,89.

Uma vez que os gastos com pessoal representam a maior percentual dos gastos diretos com alunos da graduação e por serem, praticamente, custos fixos, para que haja uma redução nos gastos através do aproveitamento total da capacidade instalada do *campus* IV (estrutura, servidores docentes e técnico-administrativos etc.), seria necessário aumentar o número de alunos matriculados, o que elevaria a taxa de aluno matriculado/professor.

A relação alunos matriculados/professor contabiliza os alunos matriculados na graduação e pós-graduação, seja ela *latu senso* (especialização) ou *stricto-senso* (mestrado e doutorado).

De acordo com a evolução da relação aluno/professor do *campus* IV, verificou-se que esta relação foi maior no ano de 2011, ou seja, havia 22 alunos para cada professor da Instituição, e que houve um decréscimo em 2015, 16,74 alunos para cada professor da Instituição, uma vez que houve uma redução no número de alunos de 15,41%, passando de 186 alunos matriculados para 2.695, além de um aumento de 14 docentes entre os anos de 2014 e 2015, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Evolução da relação aluno/professor do *campus* IV

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR NO CCAE (CAMPUS IV)							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ALUNOS MATRICULADOS	1692	2147	2816	3100	2995	3186	2695
NÚMERO DE DOCENTES	91	120	128	145	151	147	161
RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR	18,59	17,89	22,00	21,38	19,83	21,67	16,74

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Esta relação do indicador alunos matriculado/professor de 16,74 está próximo da meta estabelecida pelo REUNI em 2007, que é de 18 alunos por professor (BRASIL, 2007). Já na UFPB, a relação está dentro da meta, pois a relação alunos matriculado/professor é de 18,37.

5.3 Composição dos custos diretos e indiretos e custo anual por aluno no CCAE

Na composição dos custos por aluno de graduação do *campus* IV, de 2009 a 2015, os gastos diretos (dos órgãos acadêmicos) representaram, em média, 64,95% do total dos gastos; e os gastos indiretos advindos dos órgãos administrativos, 35,05%, ou seja, aproximadamente, 1/3 dos gastos apurados são indiretos, conforme Tabela 9.

Abaixo se relaciona a evolução do percentual de custos indiretos e diretos do *campus* IV. Por esta tabela, percebe-se que os custos permaneceram praticamente inalterados entre os anos de 2009 e 2015 com os valores atualizados para os preços de 2015.

Tabela 9 – Custos diretos e indiretos ao ano do *campus* IV- Valores constantes a preço de 2015.

CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS DO CAMPUS IV (R\$)					
ANO	CUSTOS DIRETOS	%	CUSTOS INDIRETOS	%	TOTAL
2009	25.051.732,32	70,07	10.702.502,83	29,93	35.754.235,15
2010	18.937.822,69	62,94	11.149.136,40	37,06	30.086.959,09
2011	26.768.599,08	60,32	17.611.562,71	39,68	44.380.161,79
2012	23.418.445,16	62,86	13.834.457,94	37,14	37.252.903,10
2013	27.182.090,99	66,60	13.631.904,65	33,40	40.813.995,64
2014	21.586.855,25	66,18	11.031.253,34	33,82	32.618.108,59
2015	23.513.702,85	65,67	12.293.861,08	34,33	35.807.563,93
MÉDIA		64,95		35,05	

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação à apropriação dos custos indiretos (dos órgãos administrativos) aos departamentos (órgãos acadêmicos) do *campus* IV, observou-se que os órgãos administrativos que mais contribuíram no custo por aluno em 2009 foram: PRA; PU; PROGEP e PRG. Já em 2011, além desses, destacaram-se PRAPE; BC e PROPLAN. Em 2015, os maiores valores

apropriados foram da PU e da PRAPE, conforme se depreende dos apêndices R a Z. Nestes Apêndices é possível observar como o custo por aluno foi formado.

Na Tabela 10, encontram-se os valores dos custos por alunos no CCAE do *campus IV* da UFPB, por departamento, no período de 2009 a 2015

Tabela 10 – Custo anual por aluno nos departamentos do *campus IV*, de 2009 a 2015– Valores constantes a preço de 2015.

DEPARTAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CIÊNCIAS EXATAS	20.540,50	10.293,47	17.486,37	12.962,82	13.673,55	11.858,20	14.909,43
CIÊNCIAS SOCIAIS	80.758,08	83.812,88	68.274,52	44.299,08	32.477,87	27.575,96	31.204,64
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	13.035,89	7.963,64	9.595,11	7.184,78	9.899,25	8.393,62	11.102,14
DESIGN	12.951,98	8.125,35	8.675,58	5.482,12	13.250,94	11.414,52	14.660,91
EDUCAÇÃO	25.496,76	20.380,22	21.787,11	16.820,84	17.262,03	14.101,01	19.221,51
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	24.695,64	16.644,74	13.201,26	13.499,76	15.474,60	14.946,53	20.802,24
LETRAS	0,00	0,00	0,00	53.172,63	36.010,14	12.075,88	12.702,99
HOTELARIA	13.069,28	8.141,99	8.516,35	9.950,91	9.073,04	4.926,94	6.401,66

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os valores dos custos anuais por aluno do Departamento de Ciências Sociais e Departamento de Ciências Sociais Aplicadas só poderão ser considerados consistentes a partir de 2013, pois, nos anos anteriores, as despesas com pessoal de ambos estavam contabilizadas no Departamento de Ciências Sociais, fazendo com seus custos fossem superestimados e, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, subestimados.

Mesmo com esses ajustes, o Departamento de Ciências Sociais, cujo único curso é Antropologia e Culturas Indígenas, é o departamento que apresentou o maior custo anual por aluno na ordem de R\$ 27.575,96 e R\$ 31.204,64 nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, uma vez que a quantidade de alunos matriculados é reduzida.

Já os cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, que abriga os cursos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue, por terem um número elevado de alunos matriculados, são os cursos que possuem o menor custo anual por aluno, no valor de R\$ 8.393,62 em 2014 e R\$ 11.102,14 em 2015.

O curso de Letras, quando iniciou em 2012, tinha apenas 46 alunos matriculados, fazendo o custo anual por aluno fosse de R\$ 53.172,63; já em 2015, com 132 matriculados o custo foi reduzido para R\$ 12.702,99.

O curso de Hotelaria, em virtude de só possuir despesas com pessoal docente de 2011 a 2013, apresentou um custo anual mais baixo em 2014, R\$ 4.926,94 e R\$ 6.401,66 em 2015, conforme apêndice P, uma vez que o curso iniciou sua transferência para o *campus I* para o Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).

Apesar dos altos valores obtidos para o departamento de Antropologia e Culturas Indígenas, os demais departamentos apresentaram valores próximos ou até mesmo abaixo da média dos valores divulgados pelo INEP/ MEC como investimento direto por estudante realizado pelo Governo Federal no ensino superior, o qual foi da ordem de R\$ 21.875,00 a preços de 2014 (BRASIL, 2014). O trabalho de Almeida et al (2016), também considerando somente os custos diretos por alunos para a UFPB, obtém um valor, em 2013, de R\$ 23.866,27; a preços de 2015, este chega a R\$ 28.339,58.

Numa análise temporal, dos Apêndices A ao G, observa-se que, em 2009, houve no *campus IV* gastos significativos com obras e instalações e serviços de terceiros devido às obras da implantação. Em 2010 os maiores gastos foram referentes à aquisição de equipamento e material permanente. Já de 2011 a 2013, registraram-se mais gastos com auxílio financeiro a estudantes.

Abaixo, na Tabela 11, relaciona-se o custo médio necessário para a formação do aluno de graduação no ano de 2015, levando-se em conta a duração padrão de cada curso.

Tabela 11 – Custo médio da formação do aluno de graduação em 2015 – Valores constantes a preço de 2015.

CURSOS DE GRADUAÇÃO		DURAÇÃO	CUSTO	CUSTO MÉDIO DA
DEPTº		PADRÃO	ALUNO(R\$)	FORMAÇÃO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	14.909,43	59.637,72
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	14.909,43	67.092,44
	SIST.INFORMAÇÃO	4	14.909,43	59.637,72
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS	4,5	31.204,64	140.420,86
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	11.102,14	44.408,58
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	11.102,14	33.306,43
DESIGN	DESIGN	4	14.660,91	58.643,64
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	19.221,51	76.886,03
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	20.802,24	83.208,95
AMBIENTE	LETRAS	4	12.702,99	50.811,96
HOTELARIA	HOTELARIA	4	6.401,66	25.606,66

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na apuração dos custos por aluno da graduação do *campus IV* observa-se que o curso com maior custo médio para formar o aluno é o curso de Antropologia e Culturas Indígenas que pertence ao Departamento de Ciências Sociais. Ressalta-se, porém, que os custos deste departamento só podem ser considerados consistentes a partir do ano de 2013, uma vez que, de 2009 a 2012, estavam apropriados, além dos gastos com pessoal do próprio departamento, os gastos com pessoal docente e técnico administrativo do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, que abriga os cursos de Secretariado Executivo e Contábeis.

Mesmo fazendo esse ajuste, a partir de 2013, o custo por aluno da graduação do curso de Antropologia continua alto, a provável causa é o baixo número de alunos matriculados neste curso que, em 2009, era de apenas 93 alunos e, em 2015, 123 alunos. Se for levado em consideração que o curso dura quatro anos e meio, foi gasto, na formação deste aluno R\$ 140.420,86.

O curso de Hotelaria, embora apresente, em 2015, um custo médio de formação de R\$ 25.606,66, esse valor não é consistente, uma vez que não existem gastos com pessoal docente no departamento, conforme apêndice P.

No Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, o curso de Secretariado Executivo, com três anos de duração, tem um custo médio de formação de R\$ 30.376,54 em 2015, o menor do *campus* IV (desconsiderando o curso de Hotelaria); já o curso de Ciências Contábeis, cuja duração é de quatro anos, possui um custo médio de formação por aluno de R\$ 44.408,58, o segundo menor.

O curso que possui o terceiro menor custo médio de formação de um aluno é Letras, cujo custo foi de R\$ 46.930,12.

Durante todo o período analisado, os cursos de Letras e Hotelaria não possuem gastos com servidores técnico-administrativos, pois não constam servidores lotados em seus departamentos, os valores que constam são referentes ao rateio oriundo da Direção de Centro.

Porém, um cuidado adicional que se deve ter ao analisar estes custos é que eles são calculados com base no número de alunos ativos no ano. Embora ocorra que parte destes alunos não irão concluir os cursos e isto eleva, sobremaneira, o custo por aluno formado na instituição. A seguir será apresentado o cálculo do custo por aluno diplomado levando em consideração a taxa de conclusão dos cursos no CCAE.

Na Tabela 12, encontram-se os dados de retenção, conclusão e evasão por curso no Centro do CCAE considerando a condição atual daqueles que entraram na instituição no período de 2006 a 2010.

Tabela 12 – Taxas de retenção, conclusão, evasão e número de alunos por cursos no CCAE para os alunos com entrada no ano de 2006 até 2010.

CURSO	RETENÇÃO	CONCLUSÃO	EVASÃO	TOTAL
ANTROPOLOGIA	4,35	14,49	81,16	207
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	6,33	17,65	76,02	442
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	10,37	42,74	46,89	482
DESIGN	7,29	37,5	55,21	192
ECOLOGIA	4,22	38,64	57,14	427
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	7,89	52,11	40	190
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	8,86	19,55	71,59	440
SECRETERIADO EXECUTIVO BILÍNGUE	12,38	32,71	54,91	428
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	9,63	23,39	66,97	218
TOTAL	8,16	30,63	61,2	3026

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

É esperado que estas taxas verificadas para este período se repitam para os anos seguintes. Portanto, considerando a taxa de conclusão presente na tabela acima, pode-se obter uma estimativa do custo do diplomado para a Instituição. Como o custo por aluno calculado na tabela considera o aluno matriculado no ano de 2015, nem todos esses alunos irão, de fato, se formar; assim, a forma mais correta de se medir o custo da formação é dividindo o custo individual pela taxa de conclusão.

O custo por diploma revela, desta forma, os valores investidos na formação dos alunos no *campus* IV. Novamente, o destaque é para o curso de Antropologia e Culturas Indígenas, cada aluno formado custa de fato R\$ 222.890, 26, por ano para a sociedade. Porém, outros cursos também mostram elevados investimentos por aluno concluinte: Computação (R\$ 82.830,17); Licenciatura em Matemática (R\$ 74.547,15) e Sistema de Informação (R\$ 64.823,61), conforme Tabela 13.

Tabela 1314 – Custo por aluno, Taxa de Conclusão e o custo por diploma para os cursos do departamento do CCAE (*campus IV*) para o ano de 2015 – Valores constantes a preço de 2015.

DEPARTAMENTO	CURSOS DE GRADUAÇÃO	CUSTO ALUNO	TAXA CONCLUSÃO	CUSTO POR DIPLOMA	DURAÇÃO DO CURSO	CUSTO TOT.POR DIPLOMA
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	14.909,43	0,2	74.547,15	4	298.188,62
	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	14.909,43	0,18	82.830,17	4,5	372.735,77
	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14.909,43	0,23	64.823,61	4	259.294,45
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULT.IND.	31.204,64	0,14	222.890,26	4,5	1.003.006,16
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	11.102,14	0,43	25.818,94	4	103.275,76
	SECRETERIADO EXECUTIVO BILÍNGUE	11.102,14	0,33	33.642,86	3	100.928,58
DESIGN	DESIGN	14.660,91	0,38	38.581,34	4	154.325,37
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	19.221,51	0,52	36.964,44	4	147.857,74
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	ECOLOGIA	20.802,24	0,39	53.339,07	4	213.356,28
LETRAS*	LETRAS	12.702,99	*	*	*	*
HOTELARIA**	HOTELARIA	6.401,66	*	*	*	*

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Notas: *O curso de Letras só iniciou em 2012.

**O curso de Hotelaria foi transferido para o *campus I*.

Já os cursos com menor investimento por aluno formado foram: Ciências Contábeis (R\$ 25.818,94); Pedagogia (R\$ 36.964,44) e Design (R\$ 38.581,34).

Deve-se ressaltar que estes resultados encontram-se em consonância com os obtidos por Almeida et al (2016), o qual apontou que a UFPB apresentava um custo por diplomado na ordem de R\$ 70.848,96 para o ano de 2014, podendo aumentar este custo para R\$ 86.464,44, caso o SISU elevasse as taxas de evasão da UFPB.

6 CONCLUSÕES

Com o intuito de ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade, uma vez que reconhece o papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país, o Governo Federal buscou garantir o ingresso no ensino superior a uma parcela maior da população, através da interiorização destas instituições, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Com o objetivo de fazer uma análise dos custos gerados com as políticas de expansão e interiorização na Paraíba através da Universidade Federal da Paraíba, com a manutenção do *campus* IV, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, foi feita a mensuração dos custos por aluno para os cursos de graduação e dos custos por aluno diplomado no período de 2009 a 2015.

A maior parte dos custos das IFES no Brasil é representada pelos gastos com pessoal docente e técnico administrativo e, no *campus* IV, não foi diferente; em 2015, representou 94,52% dos gastos diretos do *campus*, uma vez que, nas instituições de ensino superior, a tecnologia utilizada é trabalho-intensiva.

Para que estes custos, que são fixos, pudessem ser reduzidos, dever-se-ia otimizar a capacidade instalada da instituição (servidores docentes e técnicos, mobiliário, equipamento etc.), através do aumento no indicador da relação aluno/professor. Observou-se que o *campus* IV apresentou uma relação no valor de 17 alunos para cada professor, no ano de 2015, próxima à da meta do REUNI, que é de 18 alunos por professor.

O que foi possível observar é que, realizando uma análise dos custos por aluno da graduação quanto aos cursos do *campus* IV (custo médio por aluno do *campus* IV: R\$ 15.629,68), chega-se à conclusão de que apresentam valores próximos ou até mesmo inferiores à média nacional e da UFPB: R\$ 21.875,00 (investimento direto por estudante no Brasil) e R\$ 23.866,27 (custos diretos por aluno da UFPB).

Com exceção dos cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue, que estão abaixo da média R\$ 11.102,14 e possuem um número maior de alunos matriculados; e do curso de Antropologia e Culturas Indígenas que custa muito caro para a instituição: R\$ 31.204,64 por aluno ao ano.

Porém, ao se calcular o custo por aluno diplomado no *campus* IV, observa-se que as taxas de evasão dos cursos no *campus* IV são bastante elevadas, chegando a representar cerca de 60% dos alunos ingressantes no Centro. Estas altas taxas fazem com que o custo do aluno diplomado no *campus* IV ultrapasse os limites aceitáveis para uma formação, como por

exemplo, o do curso de Antropologia e Culturas Indígenas, cujo custo anual por aluno diplomado chega a R\$ 222.890, 26, levando em consideração os quatro anos e meio gastos com o tempo de formação, o valor do diploma do aluno graduado neste curso representa um custo de R\$ 1.003.006,16 reais. Para formar 30 alunos, a sociedade fez um gasto na ordem de R\$ 30.090.184,80.

É necessário enfatizar o fato de que os resultados obtidos não podem ser generalizados para outras universidades, por tratar-se de um estudo de caso. Porém, pode servir de base para novos estudos voltados a apurar o custo por aluno, uma vez que não há uma metodologia estabelecida acerca do assunto e que sirva para todas as IFES, já que elas possuem diferentes estruturas organizacionais, mesmo que busquem o mesmo fim: o ensino; a pesquisa e a extensão.

Embora, durante o período da expansão das IFES, tenha havido um maior aporte de recursos investidos, a situação atual é que há uma redução nesses recursos, levando a sociedade a fiscalizar a correta aplicação deles, pois são oriundos da arrecadação dos tributos pagos pela população.

Em virtude da complexidade das IFES, a apuração do custo por aluno não é uma tarefa fácil, pois um sistema de custos deve refletir os processos necessários para que a instituição atinja seu objetivo, e estes envolvem várias atividades relacionadas direta e indiretamente ao ensino.

As taxas de conclusão são baixas, em média 30,97, sendo que os cursos com melhores indicadores foram Pedagogia (52,11) e Ciências Contábeis (42,74); estas baixas taxas de conclusão influenciam negativamente nos custos por aluno diplomado da graduação.

Sugere-se que sejam revistos os cursos presentes no *campus* IV para a criação, extinção ou transferência de cursos, uma vez que desde a sua criação, dois deles já foram transferidos para o *campus* I: o de Gastronomia (para o CTDR) e o de Hotelaria (para o CCTA). Acredita-se que alguns cursos sinalizam potenciais dentro da região, tais como:

- I. O curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira devido à presença de usinas na região;
- II. O curso superior de Tecnologia em Fruticultura, uma vez que a região tem grande potencial de crescimento na produção de frutas.
- III. O curso de Tecnologia em Turismo, que não é considerado superior e tem duração de quatro semestres, reduzindo o tempo de formação para o mercado de trabalh. A região, também, apresenta um alto potencial de crescimento do turismo histórico e do ecoturismo;

Para futuras pesquisas, sugere-se o custo por aluno da graduação utilizando-se, como base, além de alunos matriculados, o número de matrículas; o impacto do *campus* IV sobre as receitas dos 22 municípios que compõem a microrregião do Litoral Norte, microrregião de Sapé, de Lucena e Santa Rita; as possíveis causas da elevada taxa de evasão dos cursos do *campus* IV; além de estudos sobre a empregabilidade dos alunos graduados oriundos do *campus* IV.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. T. C.; SIQUEIRA, L. B. O. ; SILVA, A. F. ; SOBRAL, E. F. ; ROCHA, E. F. **Estratégia Safe Choice sob menor Incerteza e Alocação Ineficiente no Ensino Superior Brasileiro.** In: 44 ° Encontro Nacional de Economia, 2016, Foz de Iguaçu. Anais do 44 ° Encontro Nacional de Economia, 2016.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. **Um terço dos professores leciona sem curso superior.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/um-terco-dos-professores-leciona-sem-curso-superior>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. **O ensino superior em segundo plano.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/o-ensino-superior-em-segundo-plano/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

BARBOSA, Glauber de Castro, FREIRE, Fátima de Souza, CRISÓSTOMO, Vicente Lima. **Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE.** Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 16, n. 2, p. 317-344, July 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Junho de 2017.

BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. **Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais.** ANPEC, 2015.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de Ensino Superior públicas.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão.** Decisão TCU nº408/2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores.pdf>>. Versão revisada em março/2004. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. **Programa de expansão do sistema público federal de educação superior.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifes.pdf>>. SESU, Ministério da Educação, MEC, 2004. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>, SESU, Ministério da Educação, MEC, 2014. Acesso em: 21 fev. 2017. (2014a).

BRASIL. **Aluno universitário custa cinco vezes mais que um estudante da educação básica.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2010/03/aluno-universitario-custa-cinco-vezes-mais-que-um-estudante-da-educacao-basica>>. Acesso em: 21 fev. 2017. (2014b).

BRASIL. **Reitores relatam crescimento das universidades por meio do Reuni**. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/04/reitores-relatam-crescimento-das-universidades-por-meio-do-reuni>>. Acesso em: 12 de fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Expansão**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81> Acesso em: 19 jul. 2016.

BRASIL.REUNI – **Reestruturação e expansão das universidades federais**. 2007. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. REUNI/Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Agosto 2007. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRASIL.INEP. **Investimento público direto em educação por estudante em valores reais**. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/investimentos_publicos_em_educacao/indicadores_financeiros_educacionais/investimento_estudante_valor_real.xlsx> Acesso em: 30 ago. 2017.

BUSCA faculdade. **Faculdades da Paraíba**. [S. l; s. n], 2014. Disponível em: <http://www.buscafaculdade.com/faculdade_estado/PB/>. Acesso em 14 set. 2017.

CAMACHO, Nelson Antônio P. **O custo do Aluno Universitário: subsídios para uma sistemática de avaliação na UNICAMP**, Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993, 64p.

CARPINTÉRO, José Newton Cabral. **Custo /Aluno na Universidade: Considerações Metodológicas**. II Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos – Campinas, SP, Brasil, 1995.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo. Editora Atlas S. A. 202, 175 p.

MAGALHÃES, Elisete Aparecida de et al. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Maio/Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n3/05>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MAGALHÃES, Elisete Aparecida de, et al. **Apuração do Custo por Aluno do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Viçosa**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, (2007a).

MAGALHÃES, Elisete Aparecida de. **Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Administração). Viçosa, Minas Gerais, (2007b).

MONTENEGRO, Rômulo Araújo. **Entrevista ao Programa 27 Segundos, da RCTV, exibido em 02 de fev. de 2017**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jx1KuegWoo0>>. Acesso em 30 jun. 2017.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A Determinação do custo do Ensino na Educação Superior: o caso da Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2004, 161fls.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos. **Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Administração). João Pessoa, 2013.

PETER, Maria da Glória Arrais et al. Proposta de um Sistema de Custos para as Universidades Federais Brasileiras fundamentado na Activity Based Costing. **In:** Encontro Nacional dos programas de Pós-Graduação em Administração, 2003, Atibaia/SP: ENANPAD, 2003.

PARAÍBA. Roberto Guedes . **Governo lança projeto para incentivar turismo sustentável na reserva dos Potiguaras**. 2015. Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/governo-lanca-projeto-para-incentivar-turismo-sustentavel-na-reserva-dos-potiguaras/>>. Acesso em 14 set. 2017. (2015a).

PARAÍBA. Trilhas dos Potiguaras. **Um projeto de turismo sustentável para o litoral norte da Paraíba**. Disponível em:< <http://trilhasdospotiguaras.com.br/pt-br/>>. Acesso em 14 set. 2017. (2015b).

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que podemos ser: Da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, 368p.

ROSA, Paulo Moreira da. **Proposta de Modelo de Gestão por Atividades para Universidades Públicas Brasileiras**. 2004. Tese (doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87051/212037.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 de jun. de 2017.

SILVA, Elvis Magno da, CARVALHO, Francival de Melo, BENEDICTO, Gideon Carvalho de, ALVARENGA, Tiago Henrique de Paula. Método de Custeio de Instituições Federais de Ensino Superior: a Metodologia do TCU e Metodologia do MEC. **Revista ADMPG Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, 2013.

UFPB. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PROPLAN. **Relatório de gestão**. 2015. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-ufpb-2015.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2017.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba .Conselho Universitário (CONSUNI). **Anexo da Resolução 05/2006**. 2005. Projeto de Criação e Implantação/ Campus IV da UFPB (Litoral Norte). Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2006/Anexo%2005_2006%20-%20CONSUNI.htm> Acesso em: 19 de jul. de 2016.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2017.

UNB. Universidade de Brasília. Assessoria de Planejamento e Controle. **Modelo para estimar custos e alocar recursos nas universidades. Brasília**. 1973. Disponível em: <<http://www.spe.unb.br/documentos/custos/custo-UnB.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2017.

APÊNDICE A – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS

DESPESAS DIRETAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	519.536,33	152.919,61	1.118.918,36	869.870,01	875.231,61	757.087,61	738.494,35
Pessoal - Docente	3.468.778,88	1.391.175,99	6.636.998,08	5.126.617,70	5.067.684,16	5.372.164,82	5.808.048,40
Diárias	37.553,90	35.105,97	34.245,88	28.405,43	21.100,30	19.961,16	15.051,81
Passagens	43.401,12	58.601,75	25.621,01	11.632,28	17.436,91	14.233,38	8.523,58
Material de consumo	35.505,46	44.561,31	42.262,08	78.586,31	72.013,03	57.381,85	25.233,02
Equipamentos e Material							
Permanente	209.034,05	913.182,44	117.307,94	115.000,80	335.954,46	82.558,89	148.353,72
Serviço de terceiro - Pessoa física	53.131,65	29.621,72	272.858,49	7.735,46	690,46	3.046,73	343,33
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	1.325.161,77	85.842,26	47.566,66	118.465,27	3.956,31	3.322,29	13.147,94
Auxílio financeiro - estudantes	171.670,18	250.826,70	517.073,63	565.444,91	543.211,73	36.926,51	4.344,94
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	1.114.910,12	4.236,70	0,00	112.917,27	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	224.221,82	14.158,47	0,00
Energia	57.340,41	70.699,31	104.489,37	73.217,19	75.700,80	67.238,60	72.753,65
Água e esgotos	5.114,09	9.155,57	26.376,24	21.154,47	25.035,09	16.278,63	18.506,89
Telecomunicações	13.184,09	9.574,72	10.509,46	4.155,92	2.271,89	3.693,22	7.838,10
Outros*	666,81	9.798,85	1.940,33	1.707,14	9.457,61	476,57	2.541,79
TOTAL							
DEPARTAMENTO	7.054.988,87	3.065.302,91	8.956.167,52	7.134.910,18	7.273.966,18	6.448.528,74	6.863.181,50

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE B– DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	410.679,36	410.684,90	601.816,89	402.046,11	298.217,91	231.811,53	264.649,36
Pessoal - Docente	5.673.705,17	6.924.327,56	7.522.740,59	4.706.868,70	2.829.467,86	2.545.625,61	2.814.416,71
Diárias	7.069,86	5.706,88	5.907,41	4.606,29	3.315,01	3.017,67	2.656,20
Passagens	8.170,66	9.526,39	4.419,62	1.886,31	2.739,47	2.151,76	1.504,16
Material de consumo	6.684,23	7.243,96	7.290,21	12.743,73	11.313,77	8.674,83	4.452,89
Equipamentos e Material							
Permanente	39.352,56	148.448,38	20.235,62	18.648,78	52.780,88	12.481,02	26.180,07
Serviço de terceiro - Pessoa física	10.002,52	4.815,35	47.068,09	1.254,40	108,48	460,60	60,59
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	249.473,77	13.954,65	8.205,25	19.210,58	27.686,84	502,25	2.320,22
Auxílio financeiro - estudantes	32.318,48	40.774,78	89.195,20	91.693,77	85.342,49	5.582,45	766,75
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	209.891,99	688,73	0,00	18.310,91	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	35.226,87	2.140,44	0,00
Energia	19.113,47	23.566,44	34.829,79	25.839,68	26.806,77	22.996,10	24.981,88
Água e esgotos	1.704,70	3.051,86	8.792,08	7.465,80	8.865,29	5.567,41	6.354,83
Telecomunicações	4.394,70	3.191,57	3.503,15	1.466,70	804,51	1.263,11	2.691,42
Outros*	125,53	1.592,92	334,71	276,83	1.485,86	72,05	448,55
TOTAL							
DEPARTAMENTO	6.672.686,99	7.597.574,36	8.354.338,61	5.312.318,59	3.384.162,00	2.842.346,83	3.151.483,63

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE C – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	317.044,40	349.914,38	693.600,18	684.288,57	748.355,45	811.730,54	834.901,39
Pessoal - Docente	0,00	0,00	845.133,22	603.570,08	2.486.394,27	3.046.102,53	3.290.261,72
Diárias	36.869,72	38.103,52	36.086,60	31.709,94	24.731,02	22.978,83	16.153,16
Passagens	42.610,41	63.605,51	26.998,14	12.985,50	20.437,28	16.385,15	9.147,26
Material de consumo	34.858,60	48.366,22	44.533,67	87.728,55	84.404,30	66.056,68	27.079,33
Equipamentos e Material							
Permanente	205.225,74	991.155,33	123.613,24	128.379,27	393.762,09	95.039,92	159.208,87
Serviço de terceiro - Pessoa física	52.163,66	32.151,00	287.524,63	8.635,36	809,26	3.507,32	368,45
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	1.301.019,14	93.171,98	50.123,37	132.246,78	206.552,64	3.824,54	14.109,98
Auxílio financeiro - estudantes	168.542,59	272.243,76	544.866,34	631.225,22	636.682,08	42.508,95	4.662,86
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	1.094.597,99	4.598,46	0,00	126.053,36	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	262.803,63	16.298,91	0,00
Energia	137.276,91	169.259,05	250.154,77	139.189,43	144.398,81	123.872,08	134.568,80
Água e esgotos	12.243,50	21.919,07	63.146,53	40.215,67	47.754,28	29.989,73	34.231,28
Telecomunicações	13.456,77	9.772,75	10.726,82	3.368,33	1.847,59	2.900,77	6.180,94
Outros*	654,66	10.635,53	2.044,62	1.905,74	11.084,97	548,62	2.727,77
TOTAL							
DEPARTAMENTO	3.416.564,10	2.104.896,54	2.978.552,13	2.631.501,81	5.070.017,68	4.281.744,57	4.533.601,80

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE D – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESIGN

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESIGN DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	65.369,98	67.759,52	135.758,04	131.095,28	185.245,03	211.094,05	158.414,94
Pessoal - Docente	0,00	0,00	33.066,51	25.507,07	958.144,57	1.008.862,38	1.301.734,78
Diárias	7.602,00	7.378,59	7.063,21	6.074,96	4.498,94	4.254,42	3.498,41
Passagens	8.785,65	12.316,95	5.284,33	2.487,75	3.717,85	3.033,63	1.981,09
Material de consumo	7.187,34	9.365,92	8.716,55	16.806,94	15.354,40	12.230,09	5.864,78
Equipamentos e Material							
Permanente	42.314,59	191.933,26	24.194,76	24.594,77	71.631,19	17.596,20	34.481,07
Serviço de terceiro - Pessoa física	10.755,39	6.225,91	56.277,06	1.654,35	147,22	649,36	79,80
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	268.251,37	18.042,38	9.810,62	25.335,70	37.575,00	708,10	3.055,90
Auxílio financeiro - estudantes	34.751,05	52.718,91	106.646,44	120.929,46	115.821,95	7.870,33	1.009,87
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	225.690,31	890,47	0,00	24.149,17	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	47.807,90	3.017,67	0,00
Energia	19.113,47	23.566,44	34.829,79	25.839,68	26.806,77	22.996,10	24.981,88
Água e esgotos	1.704,70	3.051,86	8.792,08	7.465,80	8.865,29	5.567,41	6.354,83
Telecomunicações	4.394,70	3.191,57	3.503,15	1.466,70	804,51	1.263,11	2.691,42
Outros*	134,98	2.059,53	400,19	365,10	2.016,52	101,57	590,77
TOTAL							
DEPARTAMENTO	696.055,53	398.501,32	434.342,75	413.772,73	1.478.437,13	1.299.244,43	1.544.739,54

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE E – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	163.977,83	117.657,37	217.011,48	198.211,24	278.370,66	253.089,55	257.696,56
Pessoal - Docente	848.889,47	1.451.989,79	2.276.477,40	2.048.559,59	2.198.721,64	2.020.292,88	2.583.250,57
Diárias	6.385,68	7.551,53	8.133,40	7.143,08	6.287,99	5.812,73	4.599,76
Passagens	7.379,95	12.605,63	6.084,99	2.925,16	5.196,29	4.144,79	2.604,77
Material de consumo	6.037,37	9.585,44	10.037,24	19.762,01	21.460,24	16.709,71	7.711,09
Equipamentos e Material							
Permanente	35.544,25	196.431,69	27.860,64	28.919,12	100.116,11	24.041,31	45.336,22
Serviço de terceiro - Pessoa física	9.034,53	6.371,83	64.803,89	1.945,23	205,76	887,21	104,92
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	225.331,15	18.465,25	11.297,08	29.790,33	52.517,11	967,46	4.017,95
Auxílio financeiro - estudantes	29.190,88	53.954,51	122.804,99	142.191,79	161.879,81	10.753,07	1.327,79
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	189.579,86	911,34	0,00	28.395,18	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	66.819,22	4.122,97	0,00
Energia	68.638,45	84.629,52	125.077,39	69.594,71	72.199,41	51.070,07	67.284,40
Água e esgotos	6.121,75	10.959,53	31.573,27	20.107,84	23.877,14	12.364,19	17.115,64
Telecomunicações	6.728,38	4.886,37	5.363,41	1.684,17	923,79	1.195,93	3.090,47
Outros*	113,38	2.107,80	460,83	429,29	2.818,41	138,78	776,76
TOTAL DEPARTAMENTO	1.602.952,95	1.978.107,61	2.906.986,00	2.599.658,73	2.991.393,57	2.405.590,65	2.994.916,90

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributórias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE F – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	368.600,07	190.087,96	225.762,46	241.216,21	267.974,90	340.182,27	399.864,22
Pessoal - Docente	2.360.976,44	2.401.385,99	1.865.727,85	2.235.958,32	2.295.368,69	2.693.033,83	2.722.696,45
Diárias	17.256,55	10.191,06	8.508,91	8.838,28	6.638,95	6.836,77	4.491,79
Passagens	19.943,43	17.011,75	6.365,93	3.619,35	5.486,31	4.874,98	2.543,62
Material de consumo	16.315,26	12.935,89	10.500,66	24.451,94	22.658,00	19.653,48	7.530,08
Equipamentos e Material							
Permanente	96.054,11	265.091,66	29.146,94	35.782,23	105.703,89	28.276,71	44.271,99
Serviço de terceiro - Pessoa física	24.414,75	8.599,02	67.795,83	2.406,87	217,24	1.043,51	102,46
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	608.930,61	24.919,52	11.818,66	36.860,19	55.448,24	1.137,90	3.923,63
Auxílio financeiro - estudantes	78.884,88	72.813,56	128.474,79	175.936,84	170.914,80	12.647,46	1.296,62
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	512.317,00	1.229,89	0,00	35.133,94	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	70.548,60	4.849,33	0,00
Energia	19.113,47	15.261,14	18.610,73	19.717,58	22.251,32	21.473,41	23.512,36
Água e esgotos	1.704,70	1.976,32	4.697,90	5.696,95	7.358,76	5.198,76	5.981,02
Telecomunicações	4.394,70	2.066,80	1.871,85	1.119,20	667,80	1.179,47	2.533,10
Outros*	306,41	2.844,55	482,10	531,17	2.975,72	163,23	758,52
TOTAL							
DEPARTAMENTO	4.129.212,37	3.026.415,12	2.379.764,61	2.827.269,08	3.034.213,21	3.140.551,11	3.219.505,86

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE G – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HOTELARIA

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HOTELARIA DO CAMPUS IV							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	136.623,26	130.225,32	253.415,01	231.937,81	218.933,77	144.110,77	122.233,75
Pessoal - Docente	0,00	0,00	61.724,15	1.092.379,68	506.241,60	0,00	0,00
Diárias	15.888,19	14.180,74	13.184,66	10.748,00	7.235,14	4.674,92	2.699,39
Passagens	18.362,01	23.671,64	9.864,09	4.401,40	5.978,99	3.333,47	1.528,62
Material de consumo	15.021,54	18.000,14	16.270,90	29.735,36	24.692,75	13.438,87	4.525,29
Equipamentos e Material							
Permanente	88.437,48	368.871,73	45.163,56	43.513,82	115.196,36	19.335,35	26.605,76
Serviço de terceiro - Pessoa física	22.478,77	11.965,42	105.050,52	2.926,93	236,75	713,55	61,57
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	612.642,86	93.121,15	6.829,17	44.824,70	60.427,63	778,08	2.357,95
Auxílio financeiro - estudantes	72.629,69	101.319,16	199.073,35	213.952,13	186.263,37	8.648,22	779,22
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	471.692,74	1.711,38	0,00	42.725,45	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	76.884,04	3.315,92	0,00
Energia	19.113,47	0,00	34.829,79	25.839,68	26.806,77	22.996,10	24.981,88
Água e esgotos	1.704,70	0,00	8.792,08	7.465,80	8.865,29	5.567,41	6.354,83
Telecomunicações	4.394,70	0,00	3.503,15	1.466,70	804,51	1.263,11	2.691,42
Outros*	282,11	3.958,16	747,03	645,95	3.242,94	111,61	455,84
TOTAL							
DEPARTAMENTO	1.479.271,53	767.024,83	758.447,46	1.752.563,40	1.241.809,92	228.287,39	195.275,53

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE H – DESPESAS COM GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

DESPESAS COM A GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS							
DESPESAS COM							
GRADUAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal - Técnico-administrativo	0,00	0,00	0,00	33.133,97	70.058,81	87.686,45	129.078,84
Pessoal - Docente	0,00	0,00	0,00	1.985.446,96	2.394.357,49	795.109,50	810.724,09
Diárias	0,00	0,00	0,00	1.535,43	2.315,24	2.844,53	2.850,56
Passagens	0,00	0,00	0,00	628,77	1.913,28	2.028,30	1.614,22
Material de consumo	0,00	0,00	0,00	4.247,91	7.901,68	8.177,09	4.778,71
Equipamentos e Material							
Permanente	0,00	0,00	0,00	6.216,26	36.862,83	11.764,90	28.095,68
Serviço de terceiro - Pessoa física	0,00	0,00	0,00	418,13	75,76	434,17	65,02
Serviço de terceiro - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	6.403,53	19.336,84	473,44	2.490,00
Auxílio financeiro - estudantes	0,00	0,00	0,00	30.564,59	59.604,28	5.262,14	822,86
Auxílio financeiro - professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	6.103,64	0,00	0,00	0,00
Obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	24.602,89	2.017,63	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	69.594,71	72.199,41	19.514,09	23.068,94
Água e esgotos	0,00	0,00	0,00	20.107,84	16.252,97	4.724,41	5.868,22
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	1.684,17	1.572,08	456,97	1.059,59
Outros*	0,00	0,00	0,00	92,28	1.037,74	67,91	481,37
TOTAL							
DEPARTAMENTO	0,00	0,00	0,00	2.166.178,18	2.708.091,30	940.561,53	1.010.998,09

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

Outros: Obrigações trib. e contrib.-operações intra-orçamentárias, despesas de exercícios anteriores, Obrigações tributárias e contributárias, Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica-operações intra-orçamentárias.

APÊNDICE I – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2009

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2009				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	20.540,50	82.162,02
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	20.540,50	92.432,27
	SIST.INFORMAÇÃO	4	20.540,50	82.162,02
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS			
	INDÍGENAS	4,5	80.758,08	363.411,34
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	13.035,89	52.143,56
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	13.035,89	39.107,67
DESIGN	DESIGN	4	12.951,98	51.807,94
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	25.496,76	101.987,06
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	24.695,64	98.782,58
AMBIENTE	LETRAS	4	0,00	0,00
HOTELARIA	HOTELARIA	4	13.069,28	52.277,13

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE J – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2010

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2010				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	10.293,47	41.173,88
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	10.293,47	46.320,61
	SIST.INFORMAÇÃO	4	10.293,47	41.173,88
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS			
	INDÍGENAS	4,5	83.812,88	377.157,94
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	7.963,64	31.854,55
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	7.963,64	23.890,91
DESIGN	DESIGN	4	8.125,35	32.501,38
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	20.380,22	81.520,87
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	16.644,74	66.578,97
AMBIENTE	LETRAS	4	0,00	0,00
HOTELARIA	HOTELARIA	4	8.141,99	32.567,96

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE L– CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2011

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2011				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	17.486,37	69.945,49
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	17.486,37	78.688,67
	SIST.INFORMAÇÃO	4	17.486,37	69.945,49
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS	4,5	68.274,52	307.235,34
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	9.595,11	38.380,44
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	9.595,11	28.785,33
DESIGN	DESIGN	4	8.675,58	34.702,32
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	21.787,11	87.148,42
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	13.201,26	52.805,03
AMBIENTE	LETRAS	4	0,00	0,00
HOTELARIA	HOTELARIA	4	8.516,35	34.065,41

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE M – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2012

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2012				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	12.962,82	51.851,26
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	12.962,82	58.332,67
	SIST.INFORMAÇÃO	4	12.962,82	51.851,26
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS			
	INDÍGENAS	4,5	44.299,08	199.345,85
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	7.184,78	28.739,12
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	7.184,78	21.554,34
DESIGN	DESIGN	4	5.482,12	21.928,48
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	16.820,84	67.283,35
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	13.499,76	53.999,05
AMBIENTE	LETRAS	4	53.172,63	212.690,54
HOTELARIA	HOTELARIA	4	9.950,91	39.803,65

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE N– CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2013

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2013				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	13.673,55	54.694,20
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	13.673,55	61.530,98
	SIST.INFORMAÇÃO	4	13.673,55	54.694,20
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS	4,5	32.477,87	146.150,41
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	9.899,25	39.597,00
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	9.899,25	29.697,75
DESIGN	DESIGN	4	13.250,94	53.003,74
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	17.262,03	69.048,12
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	15.474,60	61.898,40
AMBIENTE	LETRAS	4	36.010,14	144.040,57
HOTELARIA	HOTELARIA	4	9.073,04	36.292,16

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE O – CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO EM 2014

CUSTO MÉDIO TOTAL DA FORMAÇÃO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS IV EM 2014				
DEPTº	CURSOS DE GRADUAÇÃO	DURAÇÃO PADRÃO	CUSTO ALUNO(R\$)	CUSTO MÉDIO DA FORMAÇÃO
CIÊNCIAS EXATAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	4	11.858,20	47.432,79
	LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	4,5	11.858,20	53.361,89
	SIST.INFORMAÇÃO	4	11.858,20	47.432,79
CIÊNCIAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS	4,5	27.575,96	124.091,80
CIÊNCIAS SOCIAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4	8.393,62	33.574,47
APLICADAS	SEC .EXECUT.BILÍNGUE	3	8.393,62	25.180,85
DESIGN	DESIGN	4	11.414,52	45.658,07
EDUCAÇÃO	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	4	14.101,01	56.404,02
ENGENHARIA E MEIO	ECOLOGIA	4	14.946,53	59.786,12
AMBIENTE	LETRAS	4	12.075,88	48.303,51
HOTELARIA	HOTELARIA	4	4.926,94	19.707,76

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE P – GASTOS COM DOCENTES POR DEPARTAMENTO

GASTOS COM DOCENTES DO CCAE (CAMPUS IV) DA UFPB (R\$)							
DEPARTAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EXATAS	3.468.778,88	1.391.175,99	6.636.998,08	5.126.617,70	5.067.684,16	5.372.164,82	5.808.048,40
CIÊNCIAS SOCIAIS	5.673.705,17	6.924.327,56	7.522.740,59	4.706.868,70	2.829.467,86	2.545.625,61	2.814.416,71
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0,00	0,00	845.133,22	603.570,08	2.486.394,27	3.046.102,53	3.290.261,72
DESIGN	0,00	0,00	33.066,51	25.507,07	958.144,57	1.008.862,38	1.301.734,78
EDUCAÇÃO	848.889,47	1.451.989,79	2.276.477,40	2.048.559,59	2.198.721,64	2.020.292,88	2.583.250,57
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	2.360.976,44	3.708.248,38	3.403.266,93	2.798.732,06	2.583.365,68	2.796.309,17	2.722.696,45
HOTELARIA	0,00	0,00	61.724,15	1.092.379,68	506.241,60	0,00	0,00
LETRAS	0,00	0,00	0,00	1.985.446,96	2.394.357,49	795.109,50	810.724,09
TOTAL DOCENTE	12.352.349,96	16.989.089,28	22.777.179,08	18.757.239,43	19.522.244,84	19.970.300,59	21.230.180,52

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE Q – GASTOS COM TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS POR DEPARTAMENTO

GASTOS COM TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO CCAE (CAMPUS IV) DA UFPB (R\$)							
DEPARTAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CIÊNCIAS EXATAS	519.536,33	152.919,61	1.118.918,36	869.870,01	875.231,61	757.087,61	738.494,35
CIÊNCIAS SOCIAIS	410.679,36	410.684,90	601.816,89	402.046,11	298.217,91	231.811,53	264.649,36
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	317.044,40	349.914,38	693.600,18	684.288,57	748.355,45	811.730,54	834.901,39
DESIGN	65.369,98	67.759,52	135.758,04	131.095,28	185.245,03	211.094,05	158.414,94
EDUCAÇÃO	163.977,83	117.657,37	217.011,48	198.211,24	278.370,66	253.089,55	257.696,56
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	368.600,07	438.054,40	695.289,24	538.324,75	527.696,25	572.062,83	603.261,18
HOTELARIA	136.623,26	130.225,32	253.415,01	231.937,81	218.933,77	144.110,77	122.233,75
LETRAS	0,00	0,00	0,00	33.133,97	70.058,81	87.686,45	129.078,84
TOTAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	1.981.831,39	2.053.396,32	3.749.091,05	3.167.750,42	3.293.852,26	3.350.777,18	3.416.088,97

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE R - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2009

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2009																
DEPARTAMENTO	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO INDIRETO		TOTAL	Nº	CUSTO
												TOT.	DIRETO	(DIR.+IND.)	MATRIC.	POR ALUNO (ANO)
DEP.DE CIÊNCIA EXATAS	877.301,20	311.906,51	6.266,94	132.009,03	0,00	164.790,87	468.083,80	47.660,80	245.407,72	96.745,29	741.848,14	3.092.020,30	7.054.988,87	10.147.009,17	494	20.540,50
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS	233.610,86	58.719,24	15.655,14	82.828,27	0,00	43.881,09	124.643,00	8.972,58	46.200,24	25.761,68	197.541,94	837.814,04	6.672.686,99	7.510.501,03	93	80.758,08
DEP.CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	815.117,01	306.224,00	0,00	129.604,01	0,00	153.110,29	434.905,45	46.792,49	240.936,73	89.887,86	689.265,04	2.905.842,88	3.416.564,10	6.322.406,97	485	13.035,89
DEP.DE DESIGN	168.065,36	63.138,97	0,00	26.722,48	0,00	31.569,13	89.671,23	9.647,94	49.677,68	18.533,58	142.116,50	599.142,86	696.055,53	1.295.198,39	100	12.951,98
DEP.DE EDUCAÇÃO	152.939,48	53.036,73	0,00	26.445,25	0,00	28.727,91	81.600,82	8.104,27	41.729,25	16.865,56	129.326,02	538.775,28	1.602.952,95	2.141.728,23	84	25.496,76
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	418.482,76	143.325,46	15.655,14	62.659,20	0,00	78.607,14	223.281,35	21.900,81	112.768,32	46.148,62	353.870,09	1.476.698,90	4.129.212,37	5.605.911,26	227	24.695,64
DEP. DE LETRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00
DEP. DE HOTELARIA	351.256,61	131.960,45	0,00	55.849,97	0,00	65.979,49	187.412,86	20.164,19	103.826,34	38.735,18	297.023,49	1.252.208,58	1.479.271,53	2.731.480,11	209	13.069,28
TOTAL CCAE	3.016.773,28	1.068.311,36	37.577,22	516.118,21	0,00	566.665,93	1.609.598,50	163.243,07	840.546,27	332.677,77	2.550.991,23	10.702.502,83	25.051.732,32	35.754.235,15	1.692	190.548,15

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE S - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2010

DEPARTAMENTO	APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2010														
	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		TOTAL	Nº
												INDIRETO		(DIR.+IND.)	ALUNOS MATRIC.
												TOT.	DIRETO		
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	777.307,08	433.912,69	17.615,82	166.772,96	0,00	180.813,64	509.132,18	51.176,56	261.555,86	134.193,02	670.940,36	3.203.420,17	3.065.302,91	6.268.723,08	609
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS	188.620,11	70.537,53	0,00	27.110,88	0,00	43.875,95	123.545,21	8.319,34	42.518,93	32.563,07	162.809,33	699.900,35	7.597.574,36	8.297.474,72	99
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	794.126,71	470.962,70	0,00	27.112,42	0,00	184.726,14	520.148,95	55.546,32	283.889,03	137.096,73	685.458,39	3.159.067,40	2.104.896,54	5.263.963,94	661
DEP. DE DESIGN	153.779,45	91.200,04	0,00	35.052,44	0,00	35.771,48	100.724,76	10.756,32	54.973,97	26.548,23	132.736,27	641.542,97	398.501,32	1.040.044,28	128
DEP. DE EDUCAÇÃO	169.397,68	93.337,54	0,00	35.873,99	0,00	39.404,52	110.954,62	11.008,42	56.262,43	29.244,54	146.217,30	691.701,02	1.978.107,61	2.669.808,63	131
DEP. DE ENG. E MEIO AMBIENTE	364.024,80	194.512,58	43.943,00	74.760,29	0,00	84.677,79	238.434,39	22.941,22	117.249,18	62.844,64	314.211,64	1.517.599,54	3.026.415,12	4.544.014,66	273
DEP. DE LETRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
DEP. DE HOTELARIA	295.544,89	175.275,08	2.939,56	67.366,42	0,00	68.748,31	193.580,40	20.672,31	105.653,11	51.022,38	255.102,52	1.235.904,95	767.024,83	2.002.929,78	246
TOTAL CCAE	2.742.800,73	1.529.738,16	64.498,39	434.049,39	0,00	638.017,82	1.796.520,50	180.420,50	922.102,51	473.512,61	2.367.475,79	11.149.136,40	18.937.822,69	30.086.959,09	2.147

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE T - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2011

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2011																
DEPARTAMENTO	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		TOTAL	Nº	CUSTO POR ALUNO (ANO)
												INDIRETO		ALUNOS		
												TOT.	DIRETO	(DIR.+IND.)	MATRIC.	
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	1.101.497,65	584.536,70	29.507,45	40.831,73	666.504,19	297.327,40	606.127,05	60.132,84	340.921,97	204.609,44	1.100.933,22	5.032.929,66	8.956.167,52	13.989.097,18	800	17.486,37
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS DEP.CIÊNCIAS	248.261,63	100.832,58	16.405,07	20.015,91	114.971,97	67.013,29	136.612,27	10.372,92	58.809,04	46.116,01	248.134,41	1.067.545,10	8.354.338,61	9.421.883,72	138	68.274,52
SOCIAIS APLICADAS	1.106.724,22	615.955,55	0,00	43.026,43	702.328,79	298.738,21	609.003,10	63.364,98	359.246,53	205.580,31	1.106.157,10	5.110.125,21	2.978.552,13	8.088.677,35	843	9.595,11
DEP.DE DESIGN	215.595,63	120.560,69	0,00	8.421,54	137.466,49	58.195,75	118.636,97	12.402,40	70.315,16	40.048,11	215.485,15	997.127,89	434.342,75	1.431.470,64	165	8.675,58
DEP.DE EDUCAÇÃO	262.634,67	138.827,47	6.565,65	44.290,70	158.294,75	70.893,01	144.521,40	14.281,55	80.968,97	48.785,88	262.500,09	1.232.564,12	2.906.986,00	4.139.550,13	190	21.787,11
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	492.536,60	259.388,16	62.179,38	31.091,51	295.761,24	132.950,47	271.030,77	26.683,95	151.284,12	91.491,47	492.284,21	2.306.681,89	2.379.764,61	4.686.446,50	355	13.201,26
DEP. DE LETRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00
DEP. DE HOTELARIA	402.445,17	225.046,63	3.283,43	15.720,22	256.604,11	108.632,08	221.455,67	23.151,14	131.254,96	74.756,48	402.238,95	1.864.588,83	758.447,46	2.623.036,28	308	8.516,35
TOTAL CCAE	3.829.695,57	2.045.147,77	117.940,98	203.398,04	2.331.931,55	1.033.750,21	2.107.387,23	210.389,78	1.192.800,75	711.387,70	3.827.733,14	17.611.562,71	26.768.599,08	44.380.161,79	2.799	147.536,30

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015..

APÊNDICE U - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2012

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2012																		
DEPARTAMENTO	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		TOTAL	Nº	CUSTO		
												INDIRETO	CUSTO				ALUNOS	POR
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	829.143,79	391.112,92	9.901,28	36.649,36	565.934,57	221.710,14	476.599,42	43.479,45	236.361,84	144.711,96	940.841,48	3.896.446,20	7.134.910,18	11.031.356,38	851	12.962,82		
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS DEP.CIÊNCIAS	166.903,99	63.423,72	14.846,84	59.540,72	91.773,17	44.629,54	95.937,93	7.050,72	38.328,95	29.130,05	189.388,37	800.954,01	5.312.318,59	6.113.272,59	138	44.299,08		
SOCIAIS APLICADAS	879.703,89	436.612,55	0,00	40.912,92	631.771,84	235.229,73	505.661,82	48.537,57	263.858,69	153.536,31	998.212,75	4.194.038,07	2.631.501,81	6.825.539,87	950	7.184,78		
DEP.DE DESIGN	167.826,11	83.645,77	0,00	10.274,31	121.034,19	44.876,11	96.467,98	9.298,78	50.549,77			583.973,01	413.772,73	997.745,74	182	5.482,12		
DEP.DE EDUCAÇÃO	210.243,70	98.352,72	7.427,23	18.961,19	142.314,92	56.218,43	120.849,99	10.933,73	59.437,64	36.694,21	238.566,57	1.000.000,32	2.599.658,73	3.599.659,05	214	16.820,84		
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	326.223,72	151.665,41	100.850,22	19.084,36	219.457,59	87.231,08	187.516,37	16.860,42	91.656,18	56.936,41	370.170,79	1.627.652,56	2.827.269,08	4.454.921,64	330	13.499,76		
DEP. DE LETRAS	54.405,17	21.141,24	34.595,33	6.853,55	30.591,06	14.547,75	31.272,59	2.350,24	12.776,32	9.495,43	61.734,33	279.763,00	2.166.178,18	2.445.941,19	46	53.172,63		
DEP. DE HOTELARIA	306.144,33	147.988,67	4.952,33	13.867,33	214.137,40	81.861,92	175.974,55	16.451,68	89.434,21	53.431,92	347.386,41	1.451.630,76	1.752.563,40	3.204.194,16	322	9.950,91		
TOTAL CCAE	2.940.594,69	1.393.943,01	172.573,23	206.143,75	2.017.014,74	786.304,68	1.690.280,65	154.962,58	842.403,59	483.936,30	3.146.300,71	13.834.457,94	24.838.172,69	38.672.630,63	3.033	163.372,94		

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE V - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2013

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2013																		
DEPARTAMENTO	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		TOTAL	Nº	CUSTO		
												INDIRETO	CUSTO				ALUNOS	POR
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	652.144,92	321.648,34	6.939,17	11.486,38	524.297,40	103.783,10	311.679,24	32.373,76	242.979,84	133.032,97	1.351.856,47	3.692.221,60	7.273.966,18	10.966.187,78	802	13.673,55		
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS DEP.CIÊNCIAS	116.495,72	50.533,28	23.098,18	52.822,54	82.370,91	18.539,26	55.676,73	5.086,15	38.173,89	23.764,31	241.488,48	708.049,45	3.384.162,00	4.092.211,45	126	32.477,87		
SOCIAIS APLICADAS	743.720,99	376.994,32	0,00	10.111,55	614.513,16	118.356,62	355.446,14	37.944,31	284.789,34	151.713,85	1.541.688,06	4.235.278,34	5.070.017,68	9.305.296,01	940	9.899,25		
DEP.DE DESIGN	139.640,56	68.580,88	0,00	1.839,44	111.789,10	22.222,56	66.738,33	6.902,63	51.807,42	28.485,69	289.466,33	787.472,95	1.478.437,13	2.265.910,08	171	13.250,94		
DEP.DE EDUCAÇÃO	196.731,17	95.852,81	4.627,04	25.445,21	156.243,24	31.308,03	94.023,62	9.647,54	72.409,21	40.131,77	407.811,67	1.134.231,32	2.991.393,57	4.125.624,89	239	17.262,03		
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	236.402,25	113.900,41	32.311,60	5.914,27	185.661,42	37.621,33	112.983,59	11.464,03	86.042,74	48.224,39	490.047,38	1.360.573,41	3.034.213,21	4.394.786,62	284	15.474,60		
DEP. DE LETRAS	78.692,47	35.293,09	23.098,18	6.665,19	57.528,89	12.523,21	37.609,45	3.552,23	26.661,13	16.052,71	163.124,67	460.801,21	2.708.091,30	3.168.892,51	88	36.010,14		
DEP. DE HOTELARIA	217.561,53	110.290,89	0,00	17.254,60	179.777,79	34.622,99	103.979,06	11.100,73	83.316,03	44.381,02	450.991,73	1.253.276,38	1.241.809,92	2.495.086,30	275	9.073,04		
TOTAL CCAE	2.381.389,61	1.173.094,02	90.074,17	131.539,18	1.912.181,91	378.977,10	1.138.136,15	118.071,39	886.179,60	485.786,71	4.936.474,80	13.631.904,65	27.182.090,99	40.813.995,64	2.925	147.121,42		

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE X - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2014

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2014																	
DEPARTAMENTO	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		CUSTO	TOTAL	Nº	CUSTO
												INDIRETO			ALUNOS	POR	
												TOT.	DIRETO	(DIR.+IND.)	MATRIC.	ALUNO	
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	383.511,27	312.342,29	8.101,86	8.954,83	439.535,47	99.728,05	323.849,64	31.652,78	241.929,81	133.969,68	1.137.461,45	3.121.037,13	6.448.528,74	9.569.565,87	807	11.858,20	
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS DEP.CIÊNCIAS	64.757,40	47.219,03	14.573,54	1.353,77	66.447,74	16.839,48	54.683,29	4.785,18	36.574,27	22.621,31	192.064,87	521.919,87	2.842.346,83	3.364.266,70	122	27.575,96	
SOCIAIS APLICADAS	430.366,86	359.561,32	1.621,46	1.354,80	505.983,22	111.912,35	363.416,05	36.437,96	278.504,09	150.337,46	1.276.431,08	3.515.926,65	4.281.744,57	7.797.671,23	929	8.393,62	
DEP.DE DESIGN	81.846,15	66.571,09	0,00	1.908,59	93.680,42	21.283,23	69.113,61	6.746,32	51.563,73	28.590,82	242.748,65	664.052,61	1.299.244,43	1.963.297,04	172	11.414,52	
DEP.DE EDUCAÇÃO	111.984,22	90.954,69	0,00	2.607,66	127.993,60	29.120,31	94.563,19	9.217,35	70.450,44	39.118,77	332.135,56	908.145,81	2.405.590,65	3.313.736,46	235	14.101,01	
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	139.965,85	111.080,84	22.650,93	3.184,68	156.315,59	36.396,64	118.191,81	11.256,94	86.039,48	48.893,43	415.126,69	1.149.102,87	3.140.551,11	4.289.653,99	287	14.946,53	
DEP. DE LETRAS	53.699,60	44.509,74	9.720,59	1.276,09	62.635,17	13.964,01	45.345,72	4.510,62	34.475,75	18.758,56	159.268,40	448.164,26	940.561,53	1.388.725,79	115	12.075,88	
DEP. DE HOTELARIA	84.994,08	73.150,80	0,00	2.097,23	102.939,53	22.101,81	71.771,82	7.413,11	56.660,14	29.690,47	252.085,14	702.904,13	228.287,39	931.191,52	189	4.926,94	
TOTAL CCAE	1.351.125,44	1.105.389,81	56.668,39	22.737,64	1.555.530,75	351.345,89	1.140.935,12	112.020,26	856.197,70	471.980,51	4.007.321,83	11.031.253,34	21.586.855,25	32.618.108,59	2.856	105.292,64	

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015.

APÊNDICE Z - APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPARTAMENTOS /2015

DEPARTAMENTO	APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA OS DEPTº/2015														
	PRA	PRG	PRPG	PRAC	PRAPE	PROPLAN	PROGEP	EDU	BC	STI	PU	CUSTO		TOTAL	Nº
												INDIRETO		(DIR.+IND.)	ALUNOS
												TOT.	DIRETO		
DEP. DE CIÊNCIA EXATAS	313.029,61	282.707,71	2.694,72	13.288,28	735.228,66	104.915,94	336.704,60	30.312,24	190.034,69	122.185,52	1.397.589,88	3.528.691,86	6.863.181,50	10.391.873,36	697
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS	61.801,51	49.889,60	6.734,13	12.391,54	129.746,23	20.713,58	66.475,66	5.349,22	33.535,53	24.123,11	275.926,48	686.686,60	3.151.483,63	3.838.170,23	123
DEP. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	327.926,36	303.393,64	0,00	59.249,54	789.025,88	109.908,78	352.728,01	32.530,21	203.939,67	128.000,20	1.464.099,71	3.770.801,99	4.533.601,80	8.304.403,80	748
DEP. DE DESIGN	72.732,39	65.708,25	1.347,54	12.710,34	170.885,28	24.377,20	78.233,26	7.045,31	44.168,75	28.389,79	324.729,81	830.327,92	1.544.739,54	2.375.067,46	162
DEP. DE EDUCAÇÃO	96.696,23	86.394,18	1.347,54	16.922,60	224.682,50	32.409,00	104.009,54	9.263,28	58.073,73	37.743,65	431.721,71	1.099.263,96	2.994.916,90	4.094.180,86	213
DEP. DE ENGª E MEIO AMBIENTE	97.339,23	84.366,15	17.490,32	13.086,36	219.408,27	32.624,51	104.701,17	9.045,83	56.710,50	37.994,63	434.592,49	1.107.359,45	3.219.505,86	4.326.865,30	208
DEP. DE LETRAS	57.945,67	53.540,05	5.388,01	4.874,38	139.239,86	19.421,24	62.328,20	5.740,62	35.989,35	22.618,06	258.711,24	665.796,71	1.010.998,09	1.676.794,80	132
DEP. DE HOTELARIA	52.552,30	50.700,81	0,00	1.021,80	131.855,93	17.613,59	56.526,93	5.436,20	34.080,83	20.512,85	234.631,36	604.932,59	195.275,53	800.208,12	125
TOTAL CCAE	1.080.023,30	976.700,39	35.002,25	133.544,85	2.540.072,62	361.983,83	1.161.707,38	104.722,92	656.533,04	421.567,81	4.822.002,69	12.293.861,08	23.513.702,85	35.807.563,93	2.408

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Valores constantes a preço de 2015

**ANEXO A - RESOLUÇÃO Nº 5/2006 (CONSUNI) AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO
DO CAMPUS IV DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (LITORAL
NORTE)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Resolução nº 5/2006

Autoriza a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte) e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista a deliberação adotada no plenário em reunião extraordinária realizada no dia 17 de março de 2006 (Processo nº 23074.001279/06-11), e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no Estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social;

CONSIDERANDO, também, que se impõe integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior público federal promovida pelo MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior;

CONSIDERANDO, ainda, ser imprescindível fortalecer a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional para os municípios menos desenvolvidos, social e economicamente, da micro-região Litoral Norte-Sapé;

CONSIDERANDO, por fim, ser de fundamental importância para a UFPB integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição à vida socioeconômica regional local, segundo uma concepção de desenvolvimento sustentável;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte), com sede na cidade de Rio Tinto.

§ 1º As unidades acadêmicas do *Campus* de que trata o caput desse artigo instalar-se-ão em áreas-limite vizinhas às cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

§ 2º A sua composição organizacional será feita pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB.

§ 3º Caberá aos órgãos afins da UFPB o devido assessoramento para implantação e implementação das unidades setoriais do Campus.

Art. 2º Fica a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) desta Universidade responsável pela organização administrativa e acadêmica dos cursos inicialmente propostos e a serem criados com vinculação à aquele Campus, na forma prevista nos seus respectivos projetos político-pedagógicos.

Art. 3º Passa a fazer parte desta resolução, como Anexo, o projeto de implantação do Campus IV (Litoral Norte) da UFPB.

Art. 4º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 17 de março de 2006.

RÔMULO SOARES POLARI
PRESIDENTE

**ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 6/2006 CRIA O CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS
E EDUCAÇÃO (CCAIE) NO CAMPUS LITORAL NORTE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Resolução nº 6/2006

Cria o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) no Campus Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba e dá outras providências.

O reitor da Universidade Federal da Paraíba, *ad referendum* do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista o contido no Processo nº 23074.007663/06-74, e

CONSIDERANDO a deliberação do egrégio Conselho Universitário autorizando a implantação do Campus Litoral Norte (Campus IV), com sede na cidade de Rio Tinto, criado pela Resolução nº 5/2006, de 17 de março de 2006. Do Conselho Universitário;

CONSIDERANDO, também, a necessidade de se implementar providências no sentido de que o referido Campus tenha sua estrutura e organização técnico-administrativa e acadêmica definida;

CONSIDERANDO, ainda, os prazos constantes do Projeto aprovados pelo Conselho Universitário e Ministério da Educação para funcionamento do referido Campus;

CONSIDERANDO, por fim, a urgência que se faz para implementação de outras medidas visando o cumprimento de metas e objetivos fixados, bem como pela excepcionalidade de que se reveste a matéria,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar, no Campus Litoral Norte (Campus IV) da Universidade Federal da Paraíba, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), com sede na cidade de Rio Tinto, neste Estado.

Parágrafo único. As atribuições e competências do CCAIE são as definidas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPB, no que lhes são atinentes.

Art. 2º Integram o referido Centro as seguintes unidades departamentais, tendo como atribuições o disposto no Capítulo II do Estatuto e regendo-se na forma do contido na Seção II do Regimento Geral desta universidade:

- I. Departamento de Ciências Exatas (DCE);
- II. Departamento de Ciências Sociais (DCS);
- III. Departamento de Educação (DED);
- IV. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEM).

Art. 3º Compõem, também, a estrutura do referido centro, as seguintes coordenações, atuando na forma do que dispõe o Capítulo VI do Estatuto e Seção do Regimento Geral da UFPB:

- I. Coordenação do Curso de Antropologia e Culturas Indígenas;
- II. Coordenação do Curso de Ciências da Computação;
- III. Coordenação do Curso de Ciências Contábeis;
- IV. Coordenação do Curso de Design;
- V. Coordenação do Curso de Ecologia;
- VI. Coordenação do Curso de Engenharia de Pesca;
- VII. Coordenação do Curso de Gestão de Negócios;
- VIII. Coordenação do Curso de Hotelaria;
- IX. Coordenação do Curso de Matemática;
- X. Coordenação do Curso de Pedagogia;
- XI. Coordenação do Curso de Secretariado;
- XII. Coordenação do Curso de Sistemas de Informação.

Art. 4º A estrutura e organização administrativa e acadêmica do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE) será a dos atuais centros da UFPB, na forma do disposto no Estatuto e Regimento Geral desta instituição.

Art. 5º Caberá aos órgãos afins da UFPB a devida assessoria para o pleno funcionamento das unidades ora criadas.

Art. 6º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 08 de maio de 2006.

RÔMULO SOARES POLARI
PRESIDENTE

**ANEXO C – ATA DO CONSUNI SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO
CAMPUS DO LITORAL NORTE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO
SUPERIOR**

Ata da reunião extraordinária do CONSUNI,
realizada no dia 17 de março de 2006.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às nove horas, na sala de reuniões da SODS, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência do Magnífico Reitor, professor Rômulo Soares Polari, com a finalidade de discutir o processo de implantação do Campus Litoral Norte, o Relatório de Gestão do exercício de 2005 e o Calendário da Estatuinte. Atendendo a convocação, compareceram os conselheiros Maria Yara Campus Matos, Marcelo de Figueiredo Lopes, Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto Vasconcelos, Jaldes Reis de Meneses, Severino Elias Sobrinho, Paulo Roberto N'brega Cavalcante, Fátima Maria Santana Lins Braga, Antônio Creão Duarte, Rita Baltazar de Lima, José Estevam de Medeiros Filho, Divan Soares da Silva, Antônio Eustáquio Resende Travassos, Otávio Machado Lopes de Mendonça, Luiz Augusto da Franca Crispim, Clivaldo Silva de Araújo, Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, Vinicius Ximenes Muricy da Rocha, Ausentes os conselheiros, Ierecê Maria Lucena Rosa, Rosimar de Castro Barreto, Edimar Mesquita de Oliveira, Raimundo Cavalcanti Rodrigues, Paulo Navarro de Moraes, David Soares de Souza e Hugo Belarmino de Moraes. Verificada a existência de quórum regimental, Em seguida passou a comunicações, informando a divulgação de uma notícia de que o Reitor da UFPB havia participado de uma audiência pública na cidade de Santa Rita, cuja comunidade, em especial os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, estava se movimentando com as lideranças políticas locais no sentido de pleitear a implantação de um *campus* da UFPB naquele Município. Disse que assumira o compromisso de analisar as possibilidades, mas que via dificuldades de viabilizar em curto prazo porque muitas variáveis precisavam ser consideradas, colocando como possibilidade também a implantação de um CEFET ou de uma escola profissionalizante. Com a palavra, a conselheira

Maria Yara Matos informou que, na qualidade de Vice-Reitora da UFPB, havia participado da última reunião da ANDIFES, na qual foram discutidas, principalmente, uma proposta de melhoria de salário dos servidores técnico-administrativos de nível superior e questão do financiamento dos hospitais universitários. Por fim, disse que participara, representando a UFPB, de uma solenidade na Universidade estadual da Paraíba em comemoração aos 40 anos de fundação, solicitando uma moção de congratulações pela àquela Instituição e pela data, acolhida pela unanimidade dos membros do Conselho presentes. Com a palavra o conselheiro Lúcio Flávio Vasconcelos informou o falecimento do professor Bernard Gontières, do Departamento de Psicologia do CCHLA, propondo voto de pesar a sua família, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor presidente passou a palavra à conselheira Fátima que apresentou moção, acolhida com unanimidade pelo Conselho de Congratulações ao Magnífico Reitor do Centro Universitário de João Pessoa, Professor José Loureiro Lopes e ao Vice-Reitor Osvaldo trigueiro do Vale pela posse para conduzirem a instituição coirmã em prol do desenvolvimento do ensino superior na Paraíba. Com a palavra a conselheira Margareth de melo Diniz indagou como estava o processo de eleição para os representantes dos servidores técnico-administrativos no CONSUNI, porque fora questionada por uma funcionária do CCS. O conselheiro Severino Elias disse que era membro da comissão, mas se desligara, e o presidente, funcionário da SRH, ficou encarregado de dar os encaminhamentos necessários para o início do processo. O conselheiro Antônio Eustáquio informou a realização do 1º Seminário de Arte na Escola, com grande participação de professores da região. Com a palavra a professora Ierecê Lucena solicitou que fosse dada maior agilidade nos processos de incorporação de veículos doados porque, dada a morosidade na tramitação dos processos, o último emplacamento do veículo do projeto do qual é coordenadora, foi pago por ela, porque a UFPB não poderia emplacar sem que houvesse a incorporação. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Antônio José Creão que informou da realização, no Teatro Paulo Pontes, da solenidade da colação de Grau do CCEN, com mais de cento e vinte alunos. Comunicou ainda que estava ocorrendo no Auditório do Conselho de Centro do CCEN, a palestra sobre “Aprendizagem significativa medida por computador”, proferida pelo professor Romero Tavares do Núcleo de desenvolvimento e Construção de Objeto de Aprendizado do Departamento de Física. Informou ainda da realização do II Curso de Bioinformática e Biologia Molecular que deverá acontecer de 27 de março a 13 de abril de 2006. Em seguida, o Senhor Presidente, Passou a palavra ao conselheiro Clivaldo Araújo que falou da necessidade da aprovação dos relatórios das Fundações José Américo e FUNAPE, lembrando que emitira parecer em processo referente ao relatório de atividades da FUNAPE,

aprovado recentemente pelo CONSUNI, com destaque para que fosse discutida a situação das fundações de apoio à UFPB. O Senhor Presidente disse que a discussão era de interesse da UFPB devido ao fato de poucas pessoas entenderem o que é uma Fundação de Apoio na Universidade. O conselheiro Severino Elias sugeriu que fosse promovido um seminário interno para que se pudesse conhecer o funcionamento das fundações de apoio à UFPB uma vez que as mesmas estão com uma imagem muito ruim diante da comunidade. Com a palavra, o conselheiro Lúcio Flávio Vasconcelos sugeriu a presença do Secretário Executivo da FUNAPE, não só no CONSUNI, como também no CTA, para dar esclarecimentos e dirimir dúvidas frequentes ao funcionamento da referida fundação junto à UFPB, uma vez que a mesma tem autonomia e não cabia à administração da UFPB falar por ela. Após algumas explicações, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Jaldes Menezes que disse que quando essas Fundações dão certo se deligam da estrutura das universidades, citando o exemplo da UFMG e sua Fundação, entre outras. O Senhor Presidente passou em seguida, à ordem do dia com o Processo nº 23074.001279/06-11 em que o Gabinete do Reitor encaminha Projeto de criação e implantação do campus do Litoral Norte, sob a responsabilidade do conselheiro Severino Elias. O relator apresentou suas considerações sobre o projeto, falando sobre a vocação para interiorização e o pioneirismo que marcaram a implantação dos vários campi da UFPB no reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti. Falou dessa oportunidade de retomada do processo numa conjuntura particularmente favorável. Descreveu o projeto, e ao final, emitiu parecer favorável a sua aprovação, como proposto. Em discussão, o Senhor Presidente apresentou o quadro de evolução do ensino de graduação no Brasil, Nordeste e Paraíba, enfatizando mais precisamente que na Paraíba houve uma queda muito grande no número de alunos matriculados na rede pública devido ao crescimento da rede privada de ensino. Disse que nesse panorama, foi constatada no próprio Nordeste, uma involução relativa da Paraíba, que já esteve na quarta posição na região com mais alunos matriculados na educação superior, o que não era uma situação interessante para um Estado que possuía tradição de ser inovador e muito aguerrido na busca de expansão da educação superior. Disse ainda que via com muito bons olhos essa política de expansão do MEC, tentando sanar essa deficiência histórica da educação superior no Brasil, sobretudo no segmento público e que, pelas estatísticas mais recentes, já estavam sendo implantados de quarenta e cinco novos campi e dez novas universidades, das quais quatro genuinamente novas e seis universidades por transformação. Apresentou dados sobre a proposta em andamento no MEC e enfatizou a necessidade de retomada pela UFPB dessa vocação para a interiorização, dizendo que a implantação do Campus Litoral Norte, atendendo à demanda das

comunidades e municípios das micro-regiões do litoral norte de Sapé, era uma grande oportunidade para a UFPB. Com relação aos meios para viabilizar a implantação do campus, disse que já estava acertada uma cota extra de professores, provavelmente com abertura de concurso público para o mês de abril do corrente, bem como para servidores técnico-administrativos e a previsão de recursos para residência e restaurantes universitários, pólos multimídias, coordenações. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Divan Soares que informou da realização de uma reunião no CCA na qual foi discutido o Campus do Litoral Norte. Disse que o Centro de Ciências Agrárias não se opunha à criação do Campus, mas via uma restrição quanto ao curso de Ecologia, já que o centro iniciara há cinco anos uma discussão para criar um curso de Ecologia no CCA, mas chegara a conclusão de que o momento não era apropriado, pois a profissão de ecologista ainda não era regularizada. Disse que havia uma preocupação quanto à similaridade dos cursos, mas que, de forma alguma, o CCA seria oposição ao Campus do Litoral Norte. O Senhor Presidente disse que o curso de Ecologia apresentava coerência em relação aos cursos que seriam implantados: Engenharia de Pesca, Antropologia e Cultura Indígena e Ecologia, levando em conta ser uma região de reserva indígena e ecológica e que este foram pontos altos na análise do mérito do projeto feita pelo MEC. Disse ainda que, na oferta de cursos, a intensão não era duplicar o que já existia na UFPB e sim projetar o futuro, com base no PDI para quatro anos, onde não constava uma proposta concreta do CCA de criação do curso de Ecologia e sim de Medicina Veterinária. Com a palavra, o conselheiro Jaldes Meneses declarou seu voto favorável ao parecer do relator, conselheiro Severino Elias, dizendo que essa era uma discussão de relevância e que o foco principal deveria ser a expansão porque via com preocupação o processo de criação de algumas universidades, especialmente as resultantes de transformação de faculdades isoladas. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Vinícius Ximenes que indagou sobre o andamento do processo de diálogo com os movimentos sociais da região onde seria implantado Campus da UFPB, por considerá-los parceiros privilegiados no debate da implantação do Campus, uma vez que há muitos anos discutem essa proposta. Perguntou ainda quais providências a Administração Central estava adotando para a implantação dos cursos com funcionamento previsto para o segundo semestre de 2006. O Senhor Presidente disse que a UFPB, como Instituição, não tinha compromisso político nem com partidos e nem com grupos sociais específicos e que, durante a discussão da possibilidade da implantação do Campus do Litoral Norte, toda comunidade foi convidada a participar. Disse que a atuação de toda bancada paraibana foi muito importante para aprovação da proposta, independente de vinculação partidária. Reportando-se às questões dos

meios, levantada pelo conselheiro Vinícius Ximenes, disse que o projeto tem um cronograma de execução que permite a contratação de imediato de professores, com previsão de concurso público para abril de 2006. Com relação às instalações para início das aulas, disse que as prefeituras das cidades de Rio Tinto e Mamanguape disponibilizaram locais com condições de receber os alunos, até que a instalação do novo campus sejam concluídas, o que estava previsto para o final desse ano. Informou que estava previsto um vestibular extra para o meio do ano com seis cursos sendo ofertados e que no PSS de 2007 todos os cursos deveriam estar incluídos. Com a palavra, a conselheira Rita Lima solicitou esclarecimentos quanto à questão das disciplinas e criação dos cursos. O conselheiro Umbelino de Freitas disse que as informações relativas ao material e equipamentos necessários ao funcionamento dos novos laboratórios foram prestadas pelos laboratórios afins já existentes e que os cursos e disciplinas serão discutidos e aprovados pelo CONSEPE. Depois de mais alguns pronunciamentos, o Senhor Presidente colocou o parecer do relator em votação tendo-se obtido a unanimidade de votos favoráveis a sua aprovação. A conselheira Fátima Braga sugeriu que, em se concretizando a implantação do Campus de Santa Rita, a UFPB entrasse em contato com a Prefeitura de Bayeux, para viabilizar a implantação do campus nos limites dos dois municípios, possibilitando um grande acesso do alunado, dos professores e servidores. Em seguida o Senhor Presidente passou ao Processo nº 23074.004589/06-15, em que o Gabinete do Reitor encaminha relatório de gestão do exercício de 2005, sob a responsabilidade do conselheiro Guilherme Cavalcanti de Albuquerque que detalhou as peças constantes do processo e emitiu parecer favorável à aprovação da prestação de contas do reitor, relativa ao exercício de 2005. Em discussão, o conselheiro Severino Elias, questionou a menção dos sequenciais, uma vez que a proposta de resolução regulamentando o funcionamento ainda se encontrava no âmbito do CONSEPE, tendo solicitado que o Senhor Presidente a resgatasse junto àquele Conselho para que os cursos sequenciais fossem implementados. Com a palavra, o conselheiro Jaldes Meneses declarou sua abstenção em votar, uma vez que não teve tempo para estudar o processo. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por doze votos favoráveis e duas abstenções. Deixaram de votar, segundo o que determina o estatuto da UFPB, os conselheiros que pertençam à Administração Central. Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente deixou de apresentar o plenário para apreciação o calendário da Estatuinte, encerrando a sessão. Do ocorrido, eu, Maria Suzana Guerra de Oliveira, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Senhor presidente e demais presentes a sua aprovação. Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 17 de março de 2006.